

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**LUIZ FELIPE COELHO**

**IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NO MEIO FAMILIAR: O  
desafio das famílias brasileiras**

**SÃO PAULO  
2022**

**LUIZ FELIPE COELHO**

**IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NO MEIO FAMILIAR: O  
desafio das famílias brasileiras**

Trabalho apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Camilo, como exigência parcial para obtenção do título de graduado em Administração, sob a orientação do Prof. Ms Cristiano de Souza Corrêa.

**SÃO PAULO  
2022**

Coelho, Luiz Felipe

Importância do planejamento financeiro no meio familiar: o desafio das famílias brasileiras / Luiz Felipe Coelho. – São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2022. 72p.

Orientação de Cristiano de Souza Corrêa

Trabalho de conclusão de Curso de Administração de Empresas (Graduação), Centro Universitário São Camilo, 2022.

1. Planejamento Financeiro 2. Finanças 3. Educação Financeira. 4. Finanças domésticas. 5. Endividamento familiar

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO  
CURSO DE GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**LUIZ FELIPE COELHO**

**IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NO MEIO FAMILIAR: O  
desafio das famílias brasileiras**

Trabalho apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Camilo, como exigência parcial para obtenção do título de graduado em Administração, sob a orientação do Prof. Ms Cristiano de Souza Corrêa.

Aprovado em: 25 de novembro de 2022.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Ms Cristiano de Souza Corrêa  
Mestre em Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
Orientador

---

Prof. Ms Gilberto Back  
Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi.

---

Profa. Ms Selma da Costa Santos  
Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

Dedico esta monografia ao meu falecido Pai, José Bernadino Prata Godinho que dedicou sua vida para o melhor de todos em sua volta. Hoje, deixo a minha pequena contribuição em homenagem ao seu esforço.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus pela saúde, força de perseverar e resiliência ao longo de toda a graduação.

A minha mãe, Cátia Aparecida da Silva, pela paciência, pelo suporte e por me proporcionar as condições emocionais para conclusão de mais essa etapa.

Aos meus familiares que nem sempre tão próximos, mas a todo momento transmitindo energias positivas e motivadoras durante minha trajetória acadêmica.

Ao Centro Universitário São Camilo e aos meus colegas de trabalho, que desde o dia da minha matrícula se fizeram presentes e pacientes comigo, transmitindo força e carinho que me fortaleceram a continuar e concluir mais essa etapa da vida.

Aos meus colegas da turma de Administração de Empresas/Hospitalar por todo o conhecimento compartilhado, as risadas e lanches durante todos esses anos, vou sentir muita saudade!

Aos meus professores que com toda presteza e carinho compartilharam momentos incríveis no decorrer do curso, sem os grandes mestres da nossa vida não chegamos a lugar nenhum, serei eternamente grato a cada um!

Ao meu Professor Orientador Cristiano, por acreditar na minha pesquisa, pela motivação, amizade e ensinamentos ao longo de todos esses anos.

E por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desse ciclo, com críticas, palavras de conforto ou apenas pela companhia, todas as experiências vividas nos forjam pessoas melhores e mais humanas.

"Ad Astra Per Aspera". Alcançar as estrelas, mesmo que por caminhos difíceis – *Provérbio Latim*

## RESUMO

O sucesso financeiro é um dos grandes objetivos dos brasileiros e sem sombra de dúvidas poder proporcionar uma situação de vida mais confortável para os entes queridos é um dos desejos mais comuns entre os brasileiros. Porém para se alcançar o conforto financeiro diversos aspectos devem ser levados em conta e um deles é o planejamento financeiro familiar. Este estudo teve como finalidade investigar e compreender os aspectos relacionados ao planejamento financeiro dentro das famílias, analisando de forma estrutural a composição familiar e suas relações com o dinheiro através de uma revisão bibliográfica extensa, compilando diversos assuntos diferentes que abrangem direta ou indiretamente o escopo financeiro das famílias. Foram abordados temas como finanças pessoais, educação financeira, desemprego, taxas de juros, entre outros que compõe a relação das famílias na economia moderna. Buscou-se também fazer uma contribuição à sociedade, a partir do capítulo 4, com a discussão de temas relacionados à planejamento, sendo estratégico, tático e operacional, aspectos voltados a organização financeira com um template que visa de forma fácil controlar e computar as entradas e saídas, bem como vislumbrar a situação real financeira da família e concluindo com orientações sobre investimentos que buscam de maneira estratégica contribuir para a construção de uma cultura de crescimento dentro do ambiente familiar. Evidencia-se como um de seus resultados investigados o aspecto da educação financeira no país, caminhando de mão dadas com a falta de organização financeira das famílias, que apresentam como um dos gargalos a baixa fundamentação teórica e muitas vezes com ferramentas ineficientes para computação e controle do cenário financeiro da família. Aspectos indiretos também afetam o endividamento das famílias, sendo itens cruciais que por muitas vezes passam despercebidos pelos responsáveis financeiros. O resultado final deste estudo pode proporcionar noções importantes que compõe a rotina financeira das famílias, permitindo um embasamento investigativo que fundamenta tomadas de decisões e contribuí para identificação de aspectos muitas vezes negligenciados a respeito do endividamento e planejamento financeiro.

**Palavras-chave:** Finanças. Planejamento Financeiro. Endividamento das famílias. Educação financeira.

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	Participação de cada categoria de despesa na renda familiar per capita em 2008 e 2017.	19
Tabela 2	Estoque de crédito por modalidades (2016)	22
Tabela 3	Competências do aprendizado de Educação Financeira	29
Tabela 4	Relação entre desocupação profissional e nível de escolaridade no Brasil (2022)	32
Tabela 5	Exemplo de Operações de Crédito pré-fixadas	36
Tabela 6	Descrição do Balanço Patrimonial simplificado	50
Tabela 7	Template do Ativo patrimonial	51
Tabela 8	Template do Passivo (Custo de vida)	52
Tabela 9	Template do Passivo (Dívidas)	53
Tabela 10	Template do Imobilizado	53
Tabela 11	Template do Patrimônio Líquido	54
Tabela 12	Imposto regressivo para Renda Fixa	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
PIB	Produto Interno Bruto
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
RFPC	Renda Familiar Per Capita
BACEN	Banco Central do Brasil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PEF	Programa de Educação Financeira
BOVESPA	Bolsa de valores de São Paulo
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
CTN	Código Tributário Nacional
CDC	Código de Defesa do Consumidor
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a títulos ou valores Mobiliários
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
COPOM	Comitê de Política Monetária

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
<b>3 ENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>30</b>
<b>4 PLANEJAMENTO.....</b>	<b>44</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Devido a dinâmica da sociedade moderna, a cultura do trabalho e a evolução profissional se mostrou extremamente consolidada ao longo das décadas, com os indivíduos se mostrando cada vez mais preocupados com a preparação acadêmica, o desenvolvimento pessoal e interpessoal e a conquista e anseios por novos cargos e posições em suas carreiras. E com isso no início de suas carreiras muitas pessoas se submetem a sacrifícios de tempo, de convivência e por muitas vezes a riscos financeiros para alcançar tais marcos profissionais.

Em contrapartida, no avanço de suas vidas e carreiras a questão do controle e planejamento financeiro acaba passando em branco, mesmo que o desejo pela independência financeira e crescimento patrimonial seja um dos maiores sonhos dos novos profissionais. Com isso esses mesmos profissionais e indivíduos que não construíram um hábito de planejamento e cultura de poupança e investimentos ao longo da vida, ao constituírem família acabam levando consigo esses comportamentos para dentro do meio familiar.

De acordo com Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio em julho de 2022, o endividamento das famílias brasileiras chegou a 77% em 2022, ou seja, de cada dez famílias brasileiras, sete estão com algum tipo de endividamento ou pendência financeira. Apurou-se ainda que, em comparação a um ano atrás, o índice estava na casa dos 67%, cerca de 10% abaixo do percentual atual.

Esses números são validados por dados trazidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), onde é possível constatar que esse comportamento de endividamento muitas vezes acaba sendo passado dos pais para os filhos e a matéria menciona brevemente a importância da introdução da educação financeira no meio familiar, com a construção de discussões abertas e bons costumes de planejamento financeiro.

O impacto da falta de planejamento e organização financeiras nas famílias se mostra presente de diversas formas, desde a necessidade de buscar empréstimos para amortização dos gastos, até o impacto direto no desenvolvimento do núcleo familiar, impossibilitando muitas vezes a oferta de uma melhor educação para os

filhos, a realização de desejos da família como uma viagem, a compra da casa própria e até mesmo a frustração dos indivíduos como pessoa, gerando discussões e brigas entre os familiares.

Sabe-se que este é um assunto presente e discutido entre as pessoas e famílias, mas muitas vezes não dado a seriedade correta, ou devido a falta de conhecimento e acesso a informações técnicas, onde é aplicado de forma rasa e superficial, resultando em um planejamento ineficiente a realidade daquela pessoa ou família. Entende-se que, com a apresentação de teorias fundamentadas e ferramentas certas a análise da situação financeira familiar. ficar muito mais simples este entendimento, permitindo uma nova reflexão e novos cenários para aquele núcleo familiar.

Neste sentido quais são os motivos que levam as famílias a se endividarem? Dentro dos grupos familiares observam-se comportamentos parecidos e/ou causalidade entre os membros? É possível identificar quais são os principais motivos que levam as famílias a se endividarem?

Este trabalho tem como objetivo contribuir para entender os motivos da falta de planejamento e organização financeira das famílias no desenvolvimento do grupo como um todo, e suas consequências como a impossibilidade de uma educação melhor, momentos de aperto e sacrifícios que muitas vezes podem ser evitados graças a uma organização maior com as finanças pelos chefes da família.

O tema de educação financeira pessoal e planejamento é comumente mencionado e alvo de diversas matérias e vídeos na internet e TV, onde desde influenciadores até economistas discutem a importância da organização financeira, os fatores culturais, comportamentais e influências macro e microeconômicas que atingem e denunciam direta e indiretamente o percentual de desorganização e endividamento das famílias.

Justifica-se o estudo deste tema neste trabalho como uma tentativa de entender pesquisar e analisar os principais fatores e consequências que a falta de planejamento financeiro acarreta dentro do ambiente familiar, buscando ao final do trabalho apontar os eventuais resultados e os principais motivadores para esta situação mencionada além de contribuir com soluções práticas e didáticas através de ferramentas que

possam auxiliar as famílias na organização das finanças dentro de casa e na realização de um planejamento eficiente, para que, de alguma forma, traga mais conforto no dia a dia e proporcione de maneira eficaz e segura o desenvolvimento sólido das famílias.

Este trabalho trará como metodologia a revisão bibliográfica com os principais autores e nomes do planejamento financeiro pessoal e especialistas em finanças e comportamento individual, em conjunto a abordagem exploratória com levantamento de dados e pesquisas acerca do endividamento das famílias, ferramentas de planejamento e demais assuntos no decorrer do trabalho, buscando levantar as hipóteses necessárias para entendimento do tema e propor soluções eficientes e práticas para o público sugerido.

Este trabalho busca apresentar o tema abordado bem como identificar o problema de pesquisa, justificativas e organização dos capítulos. A introdução busca contextualizar o tema abordado, identificar o problema de pesquisa e as respectivas justificativa além da organização dos capítulos. O referencial teórico apresenta os fundamentos pelo qual o trabalho será construído. No capítulo seguinte abordar-se-á principalmente o impacto do endividamento das famílias no planejamento financeiro. De forma contínua o próximo capítulo apresenta uma template onde são apresentadas as contribuições do autor para elucidação do tema pesquisado, concluindo-se com os resultados obtidos através deste estudo.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

### 2.1 Núcleo Familiar

Para introduzir o tema de planejamento financeiro no meio familiar se faz necessário compreender sobre a organização familiar na sociedade moderna e suas relações.

Nos dias atuais o conceito e definição de Família tem se adaptado muito, com novas interpretações e arranjos conforme o assunto vem sendo debatido e discutido pelas novas gerações. MADALENO (2018) apresenta o núcleo familiar como sendo;

De acordo com a constituição Federal, a entidade familiar protegida pelo estado é a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes, podendo originar do casamento civil, da união estável e da monoparentalidade

Com essa definição podemos concluir que a estrutura familiar a princípio é composta por indivíduos unidos por laços de sangue ou afinidade, sendo os laços sanguíneos resultantes da descendência do mesmo gene e a afinidade por meio da entrada de terceiros, como conjugues e seus parentes diretos no meio familiar através do casamento.

NOGUEIRA (2007) apresenta uma definição importante;

A entidade familiar de início é constituída pela figura do marido e da mulher. Depois se amplia com o surgimento da prole. Sob outros prismas, a família cresce ainda mais: ao se casarem, os filhos não rompem o vínculo familiar com seus pais e estes continuam fazendo parte da família, os irmãos também continuam, e, por turno, casam-se e trazem os seus filhos para o seio familiar.”

Porém o núcleo familiar vem passando por mudanças em sua estrutura e definição, se tornando um grupo dinâmico e sofrendo mudanças ao longo da história. AZEREDO (2020) complementa;

A família sofreu nas últimas décadas profundas mudanças de função, natureza, composição e, conseqüentemente, de concepção. O patriarcalismo que outrora havia feito com que a sociedade esquecesse a atração natural entre os seres humanos - affectus -, abriu-se a novas formas de constituição,

mais flexíveis e plurais, baseadas nos laços de afetividade entre seus membros. A família, que antes existia apenas para ser transmissora de bens, passa a ser local de relacionamento

Conclui-se que o núcleo familiar é um grupo dinâmico e em constante adaptação, muitas vezes nem sempre composto apenas pelos laços sanguíneos, mas sim pelos laços de afinidade, convivência e afeto, podendo ser uma família composta apenas por homens, apenas por mulheres e até mesmo, pessoas e pets.

O conceito de família também vem evoluindo ao longo da história, inclusive perante a Lei. Entendemos que a família é um meio altamente complexo e dinâmico, sendo único e sua composição, características e tamanhos, com diferentes personalidades, objetivos e ambições e ao mesmo tempo é um núcleo altamente interligado com as ações de seus membros repercutindo em todo o grupo.

Percebe-se que cada família possui diferentes características e dentro desse meio os membros possuem diferentes objetivos e desejos, sejam elas coletivas ou individuais e suas decisões influenciam o núcleo como um todo, inclusive as decisões financeiras. O meio familiar é um ambiente sensível e complexo, rodeado de afeto e emoções, o aspecto financeiro pode influenciar de maneira negativa e conflituosa as relações entre os membros, com a falta de comunicação, transparência, planejamento e o descontrole de gastos são capazes de gerar conflitos e dissabor entre os membros.

Relacionados a estrutura geral de um núcleo familiar, é importante ressaltarmos e discorrermos com efeito no tempo a respeito dos responsáveis financeiros desse grupo, e suas respectivas responsabilidades e impactos dentro do meio familiar.

Segundo MADALENO (2018) a família sofreu um súbito enxugamento após o início da revolução industrial, na qual migraram dos campos rurais para os grandes centros industriais, passando por um processo de redução na totalidade de seus membros, com isso passou a ser definido o domicílio sendo o seu “Ninho” considerado como abrigo e o local para reunião e exposição dos assuntos mais íntimos relacionados à família. MADALENO (2018) complementa que nessa época a distribuição de funções dentro de casa ficou com a tendência em concentrar na mulher as atividades domésticas, sendo a responsável pelos cuidados e manutenção dos filhos e do Lar, e conferir ao esposo a responsabilidade econômica da família.

Dentro desse aspecto podemos concluir que a responsabilidade do desenvolvimento financeiro e viabilização dos anseios, objetivos e desejos dos membros do grupo familiar ficavam a cargo única e exclusivamente da figura paterna da família.

Organizada a família nesse modelo social e político de conveniente divisão imaterial e econômica das funções conjugais, ficava fácil constatar que cada membro precisava alcançar sua realização pessoal, assumindo as tarefas divididas pela lei e pelos costumes para cada gênero sexual, em um papel de inquestionável subserviência da mulher, em inaceitável desigualdade em relação ao homem. (MADALENO, 2018).

Fato ocorreu que com o passar das gerações o conceito e a estruturação das famílias vêm mudando ano após ano, e não tem sido diferente no aspecto da responsabilidade financeira desses grupos.

A economia familiar não mais se apoia nos rendimentos do homem, senão também nos ganhos da mulher, que precisou sair à rua para complementar os aportes financeiros da família e nesse caminho já trilham também os filhos para, em solidariedade, reforçarem os ingressos necessários ao orçamento doméstico (MADALENO, 2018).

Observa-se que na conjuntura atual das famílias se faz cada vez mais presente a participação da mulher e até mesmo de outros membros na composição socioeconômica daquele grupo, retirando o monopólio do controle financeiro das mãos de uma só pessoa como identificado nos parágrafos acima.

Outros estudos que podem ser incorporados à compreensão e identificação da situação problema realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que traz alguns indicadores importantes para a compreensão dos novos arranjos familiares e os impactos que isso pode ter na composição financeira do núcleo familiar. Alguns fatores que vem se mostrando evidentes nas últimas décadas a respeito da composição familiar, sendo a redução do tamanho dos grupos, em detrimento da queda da fecundidade, a nível de comparação em 1980 a taxa média de filhos por mulher estava em 4,4 filhos, em contrapartida em 2009 esse número caiu para cerca de 1,94 filho por mulher, ressaltando que esses números podem variar de estado para estado IBGE (2012). Outra perspectiva muito útil que o estudo apresenta é na mudança da composição dos casais e composição das novas famílias quanto ao casamento, apontando que no Brasil os divórcios tem mostrado tendência de crescimento constante e a nupcialidade tem sido postergada entre ambos os sexos,

sendo preferência entre os casais firmarem matrimônio cada vez mais tarde e com a idade cada vez maior. O termo de famílias “reconstituídas” está se fazendo cada vez mais presente em função do aumento dos divórcios e separações, expondo uma nova composição familiar, quando os membros divorciados se casam novamente, e com eles se formam casais que podem conviver com filhos de relacionamentos passados. Para efeito de comparação em 1998 10,3% das uniões legais foram oriundas de recasamentos, já em 2008 esse número saltou para 17,1%, salientando que os dados são referentes a casamentos legais, podendo ser muito maior para as relações firmadas de modo informal (IBGE, 2012)

“A inquestionável dinâmica dos relacionamentos sociais quebrou a rigidez dos esquemas típicos de família, especialmente aquela centrada exclusivamente no casamento e permitiu se desenvolvessem novos modelos familiares, com famílias de fato ou do mesmo sexo, paralelas ou reconstituídas, enfim, e como visto, simplesmente não há mais como ser falado em um único modelo de família.” MADALENO (2018)

## **2.2 Padrão de Consumo**

O consumo das famílias hoje é um dos componentes mais relevantes e importantes para a composição econômica do país, segundo o IBGE(2022), compõe cerca de 60% do produto interno bruto (PIB) e é um dos grandes norteadores de indicadores, como a qualidade de vida das pessoas, demandas por produtos e serviços e também pelo estudo de diversos temas, inclusive a compreensão nos aspectos relacionados a pobreza, endividamento e distribuição de renda no país.

O padrão de vida das sociedades está associado ao seu nível de consumo. Por meio do consumo, as pessoas satisfazem grande parte de suas necessidades e auferem bem-estar. Populações que gastam os maiores montantes médios em consumo, portanto, tendem a possuir melhores condições de vida. FECOMÉRCIO-RS (2017)

O consumo das famílias subiu cerca de 1,8%, sendo um dos grandes motores e ancoras da economia brasileira e é um dos principais indicadores do que irá acontecer com o PIB nacional IBGE (2022). A relação do conceito e aprofundamento dos padrões de consumo das famílias brasileiras é importantíssimo para os objetivos

proposto por este trabalho, onde irá traçar os principais impulsionadores e facilitadores de consumo e os gatilhos que isso trás para o desenvolvimento e manutenção de maus hábitos no dia a dia das famílias, fazendo com que o planejamento financeiro uma vez considerado não possua a mesma aplicabilidade inicial.

O consumo familiar vem crescendo a taxas positivas, se diferenciando por padrões e classes sociais, VAZ E HOFFMANN (2021) fazem uma análise em relação aos padrões de consumo pelos públicos de diferentes rendas, sendo o público com maior poder aquisitivo direcionando maior concentração de seus rendimentos em bens duráveis e de maior valor, bem como imóveis, automóveis e eletrodomésticos e enquanto as classes de menor poder aquisitivo destinam seus recursos para bens de consumo e de primeira necessidade.

Na tabela a seguir identifica-se a participação das despesas na renda per capita das famílias (RFPC), segmentadas pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008 e 2017, indicando os gastos e direcionamento do orçamento familiar segundo o levantamento do IBGE.

Tabela 1

Participação de cada categoria de despesa na renda familiar per capita e razões de concentração, Brasil, 2008/2017

Categoria de despesa ou renda	POF 2008 RFPC (%)	POF 2017 RFPC (%)
Despesa total	95,04	85,67
Despesas correntes	87,56	79,42
Despesas de consumo	77,25	69,37
Alimentação	15,26	12,13
Habitação	27,71	25,38
Vestuário	4,28	2,95
Transporte	15,17	12,53
Higiene e cuidados pessoais	1,85	2,52
Assistência à saúde	5,57	5,57
Educação	2,35	3,24
Recreação e cultura	1,55	1,77
Fumo	0,42	0,32
Serviços pessoais	0,86	0,90
Despesas diversas	2,24	2,07
Outras despesas correntes	10,31	10,05
Aumento do ativo	5,50	3,48
Diminuição do passivo	1,97	2,77
Renda familiar per capita	100,00	100,00

Fonte: VAZ & HOFFANN (2021) adaptada pelo autor

Pode-se identificar que em ambos os tempos gráficos as despesas com habitação e alimentação se mantiveram como o norte dos gastos familiares, sendo seguida por transportes que conseqüentemente apontou como uma pequena redução entre 2008 e 2017.

Nota-se também que o brasileiro possui uma taxa elevada no item relacionado a *Outras despesas correntes*, o mesmo diz respeito a pagamento de impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e aportes à previdência privada.

Conclui-se, portanto, através da tabela 1, que as famílias de forma macro desprendem volumes significativos de seus orçamentos para itens de consumo recorrente, como transportes, alimentação e pagamentos de taxas e impostos. É possível identificar de maneira sutil dois indicadores importantes na análise, houve uma diminuição relativa ao item de *Aumento do Passivo* que se refere a compra, construção ou reforma de imóveis próprios, bem como os investimentos em títulos de capitalização, títulos de clube ou aquisição de terrenos, ou seja, as famílias em todas as faixas de renda passaram a desprender menos volume financeiro na obtenção desse ativo e em contrapartida, houve o aumento do item relacionado a Diminuição do passivo que diz ao abatimento de dívidas e seus encargos.

Dentro do contexto histórico, o aumento da renda do brasileiro contribuiu para o conseqüente aumento do consumo, segundo dados do SEBRAE (2022), a renda Per Capita do brasileiro em 2000 era equivalente a R\$ 27.739, chegando a R\$ 35.505 em 2010, considerando correções monetárias e inflação, contabilizando um aumento de 7,53% frente a 2009. O Brasil presenciou dois ciclos de expansão de consumo em velocidade superior ao PIB, sendo o primeiro ocorrido em 1994 quando o consumo per capita evoluiu a taxas de 15,4% versus PIB per capita crescendo apenas 0,8% no mesmo período, podemos associar esse descolamento ao fim do período de inflação crônica e implantação do plano real, que permitiu uma nova reorganização orçamentária no País àquela época FECOMÉRCIO-RS (2017). Outro fator contribuinte para tal descolamento se faz presente com a reabertura das importações, reacendendo o acesso a novos produtos e bens de origem importada.

Já o segundo período de descolamento se deu em meados de 2005 se esticando até 2014, com um crescimento no consumo Per Capita de até 43% em comparação ao aumento da renda no mesmo período de cerca de 27,1%.

Um aspecto importante a se aprofundar é a respeito da política de crédito no Brasil e o quanto isso influenciou de maneira positiva o aumento no consumo das famílias.

O crescimento do crédito, inicialmente, foi liderado pelo setor privado e com recursos livres e, em um segundo momento, foi capitaneado pelo crédito direcionado. As pessoas físicas foram as primeiras contempladas nesse processo. MORA (2015)

Com a mudança para o plano real e a estabilização da economia as políticas de crédito no Brasil começaram a ver novos horizontes, mudanças de legislação e mares positivos tanto no crescimento de renda, quanto no crescimento do PIB foram marcos importantes para as novas políticas de crédito no Brasil no início dos anos 2000.

Segundo CAGNIN (2012) foi introduzida em 1997 a Lei de alienação fiduciária que de modo generalista separa os ativos que são os lastros nas operações de crédito imobiliário do patrimônio de seus emissores, ou seja, a pessoa apenas terá aquele bem após a quitação total do crédito que contraiu. Ainda nesse desenvolvimento das políticas de época;

Concomitantemente, o cenário macroeconômico, com o aumento do emprego e da renda, contribuiu para criar um espaço favorável ao aumento do crédito, tendo em vista que um maior universo da população se qualificou para obter financiamento habitacional. MORA (2015)

Compreendemos a importância dos aspectos macroeconômicos no contexto histórico da recente política de crédito brasileira, na figura 2 a segmentação por modalidade de crédito e seus montantes aproximados ilustram o crescimento vertiginoso do crédito no Brasil nas últimas duas décadas;

Tabela 2

Estoque de crédito por modalidades (R\$ bilhões, a preços constantes de 2016)				
Período	Imobiliário	Crédito pessoal	Aquisição de Bens	Cartão de Crédito
2007	67,3	162,6	143,0	57,6
2011	271,3	339,5	268,0	163,3
2016	541,8	394,7	149,8	186,2

Fonte: FECOMERCIO – RS (2017)

Apresenta-se um crescimento exponencial na política de Crédito cedida tanto para pessoas físicas, quanto para pessoas jurídicas no período mensurado, com o destaque ficando para as emissoras de cartão de crédito, fazendo dos cartões um dos percussores do consumo per capita e familiar no Brasil. com base nos dados e análises apresentadas é possível concluir que o padrão de consumo nas famílias brasileiras se ancora em premissas fundamentais, com a busca pela satisfação das necessidades básicas, como moradia, transporte e alimentação, tomando consideráveis parcelas de seus orçamentos, e de forma mais recente o aumento à amortização de dívidas e diminuição do ativo, seja em compras de imóveis ou reformas e construções, o padrão de consumo familiar também se fundamenta na política de crédito, com exponencial crescimento nas últimas décadas, ficando suscetível aos impactos das taxas de juros e inflação.

### 2.3 Finanças Pessoais

Nesta seção busca-se aprofundar em um tema que não fica muito evidente durante as análises mais comuns do mercado a respeito de planejamento financeiro e endividamento que é a correlação dos conhecimentos financeiros no brasileiro e consequentemente dentro do ambiente familiar.

Todo cidadão pode desenvolver habilidades para melhorar sua qualidade de vida e a de seus familiares, a partir de atitudes comportamentais e de conhecimentos básicos sobre gestão de finanças pessoais aplicados no seu dia a dia. BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013)

O assunto finanças pessoais por mais que se pareça algo formal, complexo ou burocrático, se faz presente na vida das pessoas desde o primeiro contato com papel

moeda e ainda mais no momento da vida em que se conquista o poder de decisão, seja com o recebimento da primeira mesada, do primeiro provento ou primeiro pagamento proveniente de um trabalho ou emprego no início da vida. A partir desse primeiro contato inicia-se a construção de uma personalidade em relação ao dinheiro, administrar os anseios e primeiros impulsos nesse momento é uma tarefa difícil, mas se mostra importante para a construção de valores iniciais que se perpetuarão para o resto da vida daquele indivíduo.

O Banco Central do Brasil (2013) define a relação com o dinheiro em diversos aspectos sociais que afetam diretamente as nossas tomadas de decisão, sendo um desses a gestão da *Necessidade e Desejo*, conceituando os como; Necessidade sendo tudo aquilo que nós precisamos, por exemplo, beber, água, dormir e nos alimentarmos, e está aquém dos nossos anseios, sendo coisas indispensáveis em nossas vidas. Desejos são nossas ambições, nossos objetivos ou tudo aquilo que temos vontade de usufruir, de forma tangível ou não e sendo necessárias ou não.

Nessa linha de raciocínio segue-se com a contextualização da necessidade versus desejo, sendo que a pessoa possui uma necessidade em se locomover até sua universidade para assistir as aulas, o transporte é uma necessidade atual para ela, agora, se ela decide se locomover até a Universidade em um carro de luxo com motorista particular, isso passa a ser um desejo, ou seja, ela está satisfazendo a necessidade de transporte dela ao modo em que ela mais gostou, tornando esse momento em um desejo realizado.

Aponta-se a correlação do controle das finanças pessoais e orçamento com apenas um aspecto de inúmeros que tangem a personalidade humana e que afetam diretamente a tomada de decisão das pessoas. O cuidado com dinheiro é uma ação que leva inúmeros atores envolvidos e aspectos emocionais, porém pode ser aperfeiçoada e colocada em prática com um uma boa fundamentação teórica e ensinamentos práticos.

O aspecto das finanças pessoais extrapola em sua maioria das vezes o campo individual, podendo gerar ruídos em todas as áreas na vida daquela pessoa, principalmente dentro do ambiente familiar, CERBASI (2014) comenta que em momentos que a renda familiar não é suficiente para suprir todas as despesas da família, as relações são estremecidas, gerando conflitos que nem sempre são vistos

pelos membros do grupo como consequência da gestão financeira, contexto que SILVA (2018) confirma ao afirmar que a ineficiente gestão das finanças pessoais, entre os jovens, pode desencadear muitos conflitos pessoais e sociais, como dificuldades de relacionamento entre as pessoas de uma sociedade.

As decisões financeiras impactam nossas relações interpessoais, nossa produtividade e desejo pessoal para realização de nossos objetivos e o descontrole pode gerar gatilhos totalmente fora do esperado. Através de mapeamento realizado das tendências suicidas entre as pessoas endividadas pela Universidade de Cambridge (2011) foi identificando inúmeros fatores afetam a estabilidade emocional das pessoas, sendo o desemprego e a crise financeira como um dos mais notórios, expondo que na Austrália o fator desemprego era o mais alarmante de todos os gatilhos nas pessoas pré-dispostas a ideais suicidas. O mesmo estudo aponta também um impacto alarmante entre o descontrole financeiro e a saúde mental da população, promovendo até ações do governo quanto a medida de liberação de crédito visando a saúde mental dos residentes.

“Quando é uma família que vive no vermelho, todos os seus membros terminam sofrendo o impacto de forma direta, privando-se de uma vida de qualidade, sem poder avançar de status. As únicas alternativas, nesse caso, são: revisão comportamental, correção dos erros, racionalização da renda e planejamento para se aprender a gastar dentro dos limites do orçamento. Só se acessa a via do crescimento e do desenvolvimento seguindo os bons princípios de educação financeira” (CRCPR) 2016

O aprofundamento do orçamento pessoal se faz importante ferramenta para entendimento no detalhe referente ao aspecto das finanças pessoais, pois comporta um grande pilar prático de todos os marcos teóricos vistos até o momento. O Banco Central do Brasil (2013) conceitua o orçamento como uma ferramenta de planejamento financeiro para efetivação de um objetivo ou sonho traçado, é fundamentado através do conhecimento das receitas e despesas e é o responsável por fazer esse controle detalhado das entradas e saídas.

Quando o orçamento não é elaborado ou respeitado as probabilidades de se chegar ao descontrole financeiro são muitas, SPC BRASIL (2016) realizou um levantamento onde 46% dos entrevistados não realizam um controle sistemático das suas entradas e saídas e cerca de 29% realizam de forma muito simplista, ou seja, “de cabeça”, complementa ainda que destes entrevistados que utilizam algum método de controle, 30% utilizam sistemas básicos de anotação, como cadernos ou

anotações, outros 21% se utilizam de planilhas e outros 3% utilizam aplicativos digitais.

O estudo apresenta ainda que os Brasileiros não se consideram organizados financeiramente e questionados em uma escala de 0 a 10 a respeito do seu nível de organização financeira, a média que os entrevistados se deram ficou na casa dos 6,3.

É possível identificar alguns padrões em comum entre o comportamento de consumo e controle financeiro dos brasileiros, em um cenário onde a preocupação com os itens de necessidade básica da pirâmide se fazem presente, fica evidente um controle maior com os gastos considerados básicos, como moradia, alimentação e transporte e um descontrole exagerado quando o assunto é controlar os consumos extras, como itens de lazer, estética e alimentação fora de casa.

Os entrevistados demonstram ter conhecimentos mínimos sobre quais atitudes tomar para fazer o controle de suas finanças, mas acabam falhando na hora de colocar as ideias em prática. Disciplina para registrar os ganhos e gastos (26,3%), recordar das compras em dinheiro e que não constam no extrato bancário (19,4%) e falta de tempo (8,2%) são as principais dificuldades das quais o brasileiro mais se queixa na pesquisa. Não saber como fazer ou por onde começar são justificativas citadas por 8,9% dos entrevistados. SPC BRASIL (2016)

A elaboração de um orçamento financeiro não é um assunto desconhecido muito menos desprezado pelos brasileiros, que são atingidos por maus hábitos e vícios de consumo que cultivam ao longo de suas vidas, para CONTO et. al. (2015) a temática de finanças pessoais está geralmente associada ao sucesso ou insucesso daquele indivíduo na sociedade, complementa que a limitada cultura financeira e educacional sobre o tema contribui para que parcela considerável da população acabe tomando decisões em relação ao orçamento doméstico sem a utilização de ferramentas apropriadas e desconsiderando aspectos básicos de planejamento.

Compreende-se que os aspectos emocionais e comportamentais que afetam de forma direta e indireta no orçamento das pessoas e de suas famílias, identificando a falta de uma cultura mais profunda de conhecimentos técnicos e teóricos a respeito, aliado a um “tabu” que muitas vezes é construído ao redor do dinheiro e das finanças, devemos mencionar que indivíduos bem orientados financeiramente afetam de maneira positiva a economia e o estado, agregando desenvolvimento e estabilidade dentro de suas famílias e onerando cada vez menos o estado, mantendo seu poder

de compra e consumo saudável a modo de atender suas necessidades e desejos e girar a roda econômica.

Diante do exposto, podemos considerar finanças pessoais como todo o fluxo monetário de um indivíduo ou família necessário para a sobrevivência perante a economia baseada na moeda e no crédito. Então, considerando-se que todo indivíduo deseja ter equilíbrio financeiro, é possível associar as finanças pessoais à educação financeira. SILVA (2018)

## **2.4 Educação Financeira**

Neste tópico serão aprofundados os aspectos inerentes à Educação Financeira dentro da sociedade e seu papel dentro dos grupos familiares. SILVA (2018) conceitua educação financeira como;

Educação Financeira corresponde ao conhecimento sobre como controlar, planejar e organizar as finanças. Este conhecimento deve ser passado pela base familiar e também pela instituição de ensino. E se torna mais concreto quando essas duas entidades passam a trabalhar em conjunto para a construção deste conhecimento.

Identifica-se nos itens abordados anteriormente que o brasileiro possui uma certa dificuldade em relação à administração dos recursos financeiros, tanto quanto a metodologias adotadas e as ferramentas utilizadas para contabilizar seus recebimentos e saídas, bem como a gestão do patrimônio individual e familiar. FERRARI, et. al. (2018) afirmam que o brasileiro encontra dificuldade em manter dentro do orçamento os seus gastos e os recebimentos, pois ao gastar as rendas nem sempre são analisadas as finalidades de cada compra, pois as pessoas buscam de maneira constante a satisfação das suas necessidades básicas e nutrimos o desejo que por muitas vezes é movido por impulsos de manter ou alcançar padrões sociais pré-estabelecidos.

Não é de hoje que se verifica a carência na educação financeira por parte dos adultos e das crianças, com altas taxas de endividamento e tomada de crédito a um custo alto, com uma boa construção na infância de uma base teórica a respeito de fundamentos básicos sobre dinheiro e organização já trazem uma mudança perceptível nos hábitos a partir da vida adulta daquela pessoa e família. Nesse aspecto dissertamos a respeito de uma possível confusão entre dois termos que comumente se confundem, dando uma falsa sensação que abrangem os mesmos objetivos, finanças pessoais versus educação financeira, esse trabalho apontou que

resumidamente finanças pessoais apresenta o teor prático da gestão financeira, com algumas ferramentas e metodologias práticas para controle e mensuração dos gastos, quanto em contrapartida o aspecto de educação financeira tende a abranger a parte teórica e comportamental da gestão financeira, com a implantação de teorias e construção de uma base que identifique hábitos e comportamentos. OECD (2004) afirma;

A educação financeira pode ser definida como “o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução o/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro”.

Infere-se, portanto, que a educação financeira vai além do fornecimento de informações e aconselhamento financeiro, mas sim com a regulação do que deve ser regulado, para a proteção de clientes e consumidores nos diversos meios e relações contratuais. Portanto, a educação financeira constrói conhecimento e esse conhecimento gera segurança, segurança de possíveis fraudes, de possíveis furos e buracos financeiros, promove também consciência situacional para compreensão do seu estado atual e futuro, permite noções para realização de um bom planejamento, bem como para uma análise mais correta e sensata dos demonstrativos construídos a partir das ferramentas de controle financeiro.

Muito se discute nos dias atuais onde essa educação financeira deve ser abordada e suas principais fontes, pois como investigado até então, fica evidente a carência do brasileiro a respeito do tema.

De acordo com o plano de educação do MEC (Ministério da Educação e Cultura) de 2014, não existe de fato um componente curricular ou diretriz acadêmica em específico que contemple os aspectos da educação financeira e suas vertentes, o mesmo pressupõe uma linha de aprendizado pautado no desenvolvimento de competências de inserção dos estudantes na vida adulta, bem como a construção de raciocínios que permeiam o processo de aprendizado. Contudo no âmbito do ensino da matemática SAVÓIA, SAITO, SANTANA (2007) dissertam que recomenda-se estimular a capacidade de leitura e interpretação de textos com teor econômico, desenvolver a habilidade de análise e julgamento de cálculos de juros e vendas, e o

uso e aplicação dos conhecimentos da matemática nos demais campos de atuação da ciência, fundamenta-se essa diretriz através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (º 9.384/96). E finaliza concluindo que apesar do enfoque do ensino da matemática abranger temas atuais a respeito da aplicação no dia a dia, não existe um processo e nem uma preocupação com a construção de um ensino fundamentado na educação financeira nos meios do ensino fundamental e médio das redes de ensino.

A criação de uma noção e consciência sobre educação financeira nos mais jovens implica diretamente no desenvolvimento desse grupo em sua vida adulta, com uma sensibilização a riscos e compreensão das inúmeras tomadas de decisão que esse jovem precisará tomar ao longo de sua vida, a construção de habilidades também contribui para uma qualidade de vida melhor, minimizando a exposição a riscos desnecessários, a contribuição de um jovem bem instruído financeiramente não reflete apenas em seu meio social, mas em toda a sociedade, transformando ele em um agente de mudança e contribuição em sua comunidade.

O ensino da educação financeira também é refletido dentro dos ambientes de casa, com causalidades sociais e culturais afetando diretamente essa relação entre pais/filhos em relação a vivência do tema no dia a dia, FERNANDES E CANDIDO (2014) analisam que existem duas grandes esferas quando se diz na geração das famílias e as trocas de conhecimento quanto a educação financeira e suas vertentes, uma delas diz respeito a gerações históricas, marcadas por períodos determinados com fatores relevantes em suas vidas, seja com uma era de instabilidades políticas ou econômicas no país, momentos marcados pelas transformações.

A outra esfera diz respeito as relações de parentesco de longa data, como pais e filhos que se relacionam ao longo de grandes momentos e variações externas, são gerações marcadas por fortes laços estruturais e construção de tradições que vencem as oscilações externas.

Conforme abordado no item Núcleo familiar, uma nova análise que precisará ser feita é na alteração das estruturas familiares, com a inserção e maior participação da mulher no mercado de trabalho e nas tomadas de decisão financeira dentro do grupo familiar, com a redução da média de filhos e com as novas dinâmicas familiares que não contemplam apenas os laços sanguíneos dentro das famílias brasileiras.

Uma cartilha do BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013) enumera alguns pontos importantes com o aprendizado da Educação Financeira na vida das pessoas;

Tabela 3

Áreas	Competências
Nossa Relação com o dinheiro	Refletir sobre seus sonhos e sobre como transformá-los em realidade por meio de projetos Avaliar suas necessidades e desejos e como os efeitos de suas escolhas afetam a qualidade de vida no presente e no futuro
Consumo planejado e consciente	Promover o consumo consciente com práticas sustentáveis, inclusive no que se refere ao uso e conservação do dinheiro Entender as vantagens e as dificuldades de planejar o consumo
Poupança e investimentos	Compreender a importância do hábito de poupar como forma de melhorar a qualidade de vida. Entender o conceito, as características e as diversas modalidades de investimentos frente cada necessidade.

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013) adaptado pelo autor

É possível concluir que o Brasil ainda peca quando o assunto é a introdução e aplicação de educação financeira tanto para os mais jovens, quanto para os mais velhos, buscando mitigar essa lacuna na sociedade algumas instituições privadas e públicas ministram conteúdos voltados para aplicação da educação financeira, porém como são conteúdos específicos, deixa a critério dos mais interessados no tema a buscar e se aprofundar nos estudos, não sendo um cenário culturalmente adepto de forma intuitiva.

O Banco Central do Brasil possui um programa de educação financeira chamado de (PEF) que promove conteúdos a respeito da orientação financeira para o público em geral, com alguns projetos de impacto, que vão desde visitas monitoradas ao museu do Bacen, projetos extensionistas relacionados ao Museu em conjunto com colégios e escolas da região do Distrito Federal e palestras que são destinadas ao público universitário em algumas Universidades.

Em conjunto ao Bacen outras grandes instituições também trabalham em conjunto para oferecer conteúdos de educação financeira, como por exemplo a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) que promove cartilhas e esclarece dúvidas quanto ao mercado financeiro, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) que atua com seu próprio programa educacional que ministra desde cartilhas explicando o mercado acionário, além de promover visitas monitoradas à Bolsa e palestras.

Existem diversas outras instituições que abordam esse tema, visando deixar sua contribuição a respeito da disseminação da Educação financeira no país, porém ao longo desse tema foi identificada a falta de acesso do Brasileiro a esse tipo de conteúdo e alguns aspectos culturais que afetam diretamente os mais jovens.

“Devem ser promovidas estruturas especializadas apropriadas (possivelmente incorporadas às autoridades existentes) responsáveis pela promoção e coordenação da educação financeira em nível nacional e regional, além de iniciativas locais, públicas e privadas, o mais próximo possível da população” OECD (2004)

Conclui-se educação financeira como sendo uma conhecimento intrínseco e essencial para a sociedade moderna, que faz complemento com a dinâmica da economia, podendo ser o pilar diferencial entre o sucesso ou fracasso financeiro de toda uma família, devendo-se ser abordada desde os níveis primários dentro de casa, com o envolvimento e participação de toda a família, bem como com a fundamentação teórica nos níveis de ensino básico e sendo construída ao longo da vida do indivíduo.

### **3 ENDIVIDAMENTO**

#### **3.1 Desemprego**

Uma das questões que este trabalho busca investigar e compreender é em responder uma questão importante, se o endividamento das pessoas e das famílias é causado pelo desemprego ou é uma correlação com a falta de educação e planejamento financeiro?

Conforme apontado anteriormente, no Brasil hoje cerca de 80% das famílias possuem algum tipo de endividamento proveniente de alguma das formas investigadas até o momento, seja com a alta adesão ao crédito fácil, a falta da

educação financeira ou conforme proposto nessa seção, a correlação do desemprego com os níveis de endividamento e falta de planejamento na vida das pessoas e famílias.

Para investigar a correlação e os impactos que o desemprego traz como consequências na vida do planejamento financeiro das famílias, se faz necessário aprofundar no detalhe o desemprego como um todo, e suas vertentes, começando com a relação entre o desempregado e a falta de educação da população.

Através de dados obtidos pela FUNDAÇÃO DOM CABRAL (2016), 201 empresas que juntas representavam cerca de 16% do PIB brasileiro, cerca de (48%) das empresas apontaram que a maior dificuldade em contratar se dava ao fato de qualificação e ensino dos profissionais, e em seguida a falta de experiência na função se mostrava como o segundo maior entrave (40,8%).

Nessa esfera conseguimos identificar que um dos maiores impeditivos no momento da recolocação no mercado de trabalho se dá pela carência de se encontrar bons profissionais capacitados e com experiência na área, relacionando o desemprego e a baixa qualificação acadêmica dos trabalhadores. Quando o assunto é referente a empregabilidade, o aspecto de qualificação profissional faz toda a diferença, através da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do segundo trimestre de 2022 fica evidente que as taxas de desemprego ficam maiores entre as pessoas com menor escolaridade, colocando em estado de maior vulnerabilidade aqueles que possuem o Ensino médio incompleto, sendo que a taxa de desocupação se mostrava presente em 15,3% das pessoas sem o ensino médio completo, contra 4,7% no grupo com o nível superior completo.

Na tabela abaixo podemos identificar os níveis de desocupação no Brasil e sua relação com os níveis de escolaridade, sendo os dados compilados através da PNAD (2022) e adaptados pelo autor;

Tabela 4  
Relação entre desocupação profissional e nível de escolaridade no Brasil (2022).

Total	9,3%
Sem instrução	7,6%
Fundamental incompleto	9,0%
Fundamental Completo	10,4%
Médio Incompleto	15,3%
Médio Completo	10,6%
Superior incompleto	9,9%
Superior Completo	4,7%

Fonte: PNAD (2022), adaptado pelo autor

De acordo com a tabela apresentada fica evidente que o nível de escolaridade afeta diretamente a empregabilidade e atividades laborais das pessoas em idade de trabalho. FUNDAÇÃO DOM CABRAL (2016) discorre que as empresas estudadas apresentam como maior dificuldade hoje na busca por contratações se dá pela dificuldade de encontrar bons candidatos qualificados.

Outro estudo que contribui para essa análise é o realizado pela FGV/IBRE (2022) onde menciona que o desemprego e as situações macroeconômicas afetam principalmente aqueles que possuem menores qualificações acadêmicas e profissionais, devido a receberem um salário menor e estarem conseqüentemente atrelados a funções mais básicas, seja a nível operacional, como comércios, atendimento ao público e etc. sendo assim as primeiras a sofrerem diretamente os impactos oriundos de uma crise ou crescimento inflacionário, sendo um cenário que ficou muito evidente recentemente no Brasil e no mundo através da Pandemia de COVID-19, com impactos de mobilidade e financeiros em todas as esferas da economia, sendo os mais afetados pela situação toda aqueles com maior vulnerabilidade empregatícia e os empreendimentos que atuam diretamente com o contato direto ao consumidor, a exemplo de lojas, comércios, academias entre outros, afetando diretamente uma porcentagem gigantesca de trabalhadores de nível base, na qual as funções não requerem um alto grau de instrução.

Afere-se, portanto, que o aspecto do desemprego é constituído de diversas variáveis que vão desde a instrução acadêmica dessas pessoas, cenário macroeconômico de onde a mesma está inserida, características interpessoais de propensão e dedicação a busca pela oportunidade, disposição das vagas e o

casamento entre expectativas e realidade entre candidato e empregador. Algumas observações são percebidas por ARAÚJO; ANTIGO (2015).

Assim como identificado através das matrizes de transição, os resultados do modelo *Logit* também apontaram para o grupo dos mais qualificados como sendo aqueles em que atributos individuais menos interferem nas chances de conseguir emprego. Tais resultados sugerem que a melhor estratégia na busca pelo sucesso profissional para aqueles que possuem atributos pessoais menos favorecidos seja a busca por investimento em capital humano próprio.

E conclui dizendo;

O estudo das matrizes de transição, de acordo com a qualificação, mostrou que quanto maior é a escolaridade do indivíduo, menor o efeito das variáveis de atributos pessoais na probabilidade de conseguir emprego ou manter-se empregado

Seguindo a análise construída, conclui-se que indivíduos com menor escolaridade possuem maiores dificuldades de conseguir um emprego, e em contrapartida os coloca em posições de maior fragilidade perante aos cenários macroeconômicos que afetam primeiramente os empreendimentos de menor porte e com funções mais básicas.

Seguindo a proposta investigativa de correlacionar o desemprego como sendo um dos pilares para o endividamento das pessoas e famílias podemos aferir alguns critérios identificados, sendo eles que o desemprego no Brasil corresponde a diversos fatores que muitas vezes são alterados de região a região, porém a evidência da instrução acadêmica se mostrou sendo o mais evidente e presente em todas revisões aferidas, posicionando que indivíduos com maior grau acadêmico tendem a ter taxas de desocupação menores e possuem maior facilidade em se recolocar no mercado de trabalho, bem como se manter em seus empregos, e aqueles que possuem menores taxas de índices acadêmicos são os grupos que se posicionam com maior vulnerabilidade frente aos cenários de instabilidade econômica, permanecendo menos tempo em seus empregos e demorando mais para se recolocarem, os deixando assim com as maiores taxas de desocupação entre todos os grupos estudados.

Conforme levantado por VIEIRA (2014) com um grupo de acadêmicos e também com investigações prévias realizadas por este trabalho, foi identificado que

uma parte do endividamento vem através da falta de educação financeira, sendo apontado no estudo que até 57% dos entrevistados atribuíram seu endividamento a falta de planejamento e organização financeira e outros 34% não concordaram totalmente mas concordaram que existe uma correlação entre ambos os temas.

Colocando o desemprego como fator contribuinte para o endividamento até certo grau primário como a restrição de renda e demora na recolocação do profissional ou chefe de família no mercado de trabalho, mas colocando também os demais aspectos causados do desemprego como um braço a mais no causador do endividamento das famílias, sendo identificado que a falta de educação e instrução afeta de forma muito mais ampla a relação das pessoas com o meio em que estão inseridas, sendo ela um dos maiores entraves tanto na recolocação no mercado de trabalho e sendo ela a apontada como um dos causadores indiretos do endividamento e aumento dessa dívida.

Outro fator contribuinte e que será aprofundado mais adiante no estudo se faz referente ao crescimento das taxas de juros e inflação nos últimos anos, fazendo que as pessoas acabem arrumando empregos que pagam menos que o anterior, contribuindo de forma relevante na dificuldade em quitar os débitos já adquiridos.

Segundo ANTUNES (2022) nos dias atuais apesar de a inflação ser um dos principais motivos para o endividamento e inadimplência do Brasileiro, o desemprego e a renda baixa também contribuem para o cenário que temos, sendo que o desemprego afeta cerca de 9,3% da população em idade de trabalho no Brasil, sendo o grupo de pessoas mais jovens os mais impactados, em contrapartida aqueles que conseguem se recolocar, como mencionado anteriormente no estudo, acabam recebendo uma remuneração mais baixa e fora da média no país.

### **3.2 Taxa de Juros**

Nesta seção busca-se aprofundar as relações entre a taxa de juros e o endividamento, para investigar o que é taxa de juros e os impactos que ela trás na construção das dívidas e perpetuação das mesmas, bem como aprofundar o objetivo do trabalho, que é entender os motivos do endividamento brasileiro e as

consequências oriundas da falta de planejamento financeiro. Para introduzir este conceito de taxa de Juros.

LEMES (2015) contextualiza Juros nascendo em virtude do uso da moeda, com o objetivo de beneficiar ambas as partes envolvidas, sendo Juros uma palavra oriunda do Latim JUS, que significa “equidade, justiça, direito” significando interesse, lucro e prêmio do dinheiro emprestado. Basicamente colocando o conceito de Juros sendo como a remuneração pelo capital investido ou emprestado, uma forma de beneficiar o portador do empréstimo pelo tempo na qual o mesmo irá permanecer sem a posse daquele valor.

Já a aplicação do conceito de Taxa de Juros a nível macroeconômico pode ser definida com outro significado mais amplo;

A mudança na taxa de juros tem implicações muito mais sérias para a economia, porque afeta uma grande variedade de decisões, desde as despesas diárias dos consumidores até decisões críticas de investimentos que afetam a estrutura econômica de um determinado país. Consequentemente, a taxa de juros desempenha um papel chave na tomada de decisões econômicas, já que interfere nos preços e nos custos de todos os setores da economia. OMAR (2008)

Nesse aspecto podemos então definir a taxa de juros como sendo algo maior e com maiores impactos macroeconômicos, afetando o custo do dinheiro, decisões de investimentos e o real custo das dívidas, tendo o seu principal objetivo sendo a captação de investimentos externos, colocando o país como um atrativo frente a remuneração do valor investido, bem como uma ferramenta de controle inflacionário, onde taxas mais altas consequentemente deixam o acesso ao crédito mais caro, diminuindo assim o consumo e empurrando os preços para baixo, porém é observado uma correlação direta entre uma taxa de juros alta gera impactos diretos no preço e acesso ao crédito. Conforme investigado anteriormente, o crédito é um dos meios mais populares da sociedade atual na obtenção de bens de consumo e obtenção das suas dívidas. Investiga-se a necessidade de compreender as diferentes formas de operações de crédito, bem como sua relação com a taxa de juros.

A mais popularmente e amplamente utilizada no Brasil hoje é a taxa de juros pré-fixada, sendo caracterizada pela sua não variação no decorrer do contrato e liquidação da dívida, são taxas fixas e o contratante no momento da contratação da

dívida fica ciente do montante total e custo efetivo da dívida. A tabela 5 demonstra de forma simples e direta alguns modelos de operação de crédito mais utilizados pelos brasileiros;

Tabela 5

Exemplo de Operações de Crédito pré-fixadas	
Aquisição de veículos	Financiamentos para adquirir um automóvel
Parcelamento da Fatura do cartão de crédito	Ato de parcelar o valor total de uma fatura em aberto
Crédito rotativo do Cartão	Pagamento parcial do valor de uma fatura, deixando para o próximo mês o restante
Cheque Especial	valor creditado na conta corrente através de vínculo com o Banco, passível de juros
Crédito pessoal	Empréstimos ofertados a pessoas físicas através de bancos ou financiadoras

Fonte: Adaptado de Lemes (2015)

Com a indicação das operações de crédito mais utilizadas pelas famílias brasileiras evidenciadas, se faz a correlação do endividamento das famílias com o impacto ou não da taxa de juros, ao norte do crédito ser a modalidade mais utilizada pelo brasileiro na obtenção de bens de consumo.

FLORES (2011) apresenta a taxa de Juros como sendo um fator determinante na obtenção de crédito e no endividamento das famílias, relacionando a taxa de juros diretamente como um fator que aumenta ou não o poder de adquirir aquele crédito, ao tempo que pode encarecer o custo efetivo total, ou permitir condições mais saudáveis para a contratação da operação. O autor complementa dizendo que o estoque de crédito no Brasil aumentou na passada dos últimos anos, consequentemente aumentando a exposição das famílias a esse endividamento nessa modalidade, se fazendo necessário um acompanhando da trajetória desse endividamento, não apenas para mensurar o risco do crédito, mas também para mensurar o impacto na renda e poder de consumo das famílias.

A um passo em que a obtenção de crédito a um custo elevado através de uma taxa de juros alta, compromete um pedaço maior e por mais tempo a renda dessa família, implicando diretamente no poder de consumo e no endividamento dela como um todo.

Após investigado a relação da taxa de juros nas relações das pessoas e os possíveis impactos, se faz importante conhecer e aprofundar os tipos de juros trabalhados no mercado de crédito, e seus impactos na relação de consumo e endividamento.

Apresenta-se a seguir pontos relevantes para compreensão do tema bem como os impactos percebidos pelas famílias.

**Juros de Mora:** são aqueles juros cobrados quando a pessoa atrasa o pagamento de um conta ou obrigação fiscal, o seu objetivo basicamente é causar uma punição naquele credor, o incentivando a manter suas contas em dia. Os juros de mora são pré-estabelecidos conforme o código civil e código tributário nacional. Código Civil brasileiro estipula a partir do capítulo III (Das Perdas e Danos) Art. 405 cita “Contam-se juros de mora desde a citação inicial” e no Art. 406 complementa “Se os juros moratórios não forem convencionados, ou forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional” sendo a regulação complementada pelo CTN (Código Tributário Nacional) em Art. 161 – O Crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária. Complementando em parágrafo primeiro. § 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês.

Conforme estabelecido em código regulamentar, não é válido caracterizar o juro de mora como sendo algo inofensivo apenas por se manter em valor máximo de 1% sobre o valor da parcela ou débito devido, pois a depende do tamanho do compromisso da pessoa ou da família, esse item começará a fazer parte da receita mensal, que muitas vezes faz falta em outras necessidades. O que comumente pode ocorrer em decorrência dos atrasados do pagamento das obrigações é a aplicação de uma multa em complementação ao juro de mora, sendo aferida em contrato de

prestação do serviço contratado. O código de defesa do consumidor (CDC) regulamenta a aplicação da multa sendo no máximo em 2% do valor da prestação, conforme conceitua.

No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre: § 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação. CDC (1990)

Nesse aspecto é condizente definir a importância do conhecimento e manutenção das contas em dia para evitar assim o pagamento desnecessário de multa e juro de mora nos débitos e compromissos financeiros. Sendo exemplificadas conforme abaixo, em um cenário onde a pessoa tenha um boleto no montante de R\$ 1000, com um atraso de 25 dias;

A seguir apresenta-se um cálculo para comprovação dos efeitos dos juros de mora, calculado pela capitalização simples de juros.

**Cálculo do Juros de mora: R\$ 1.000,00 x (1% ÷ 30) x 25 dias de atraso = R\$ 1.000,00 x 0,83% = R\$ 8,30, totalizando um valor de R\$ 1.008,30 na prestação final. Agora o mesmo exemplo utilizando o valor de 2% de multa: R\$ 1.000,00 x 2% = R\$ 20,00. Acrescentando o valor da multa mais os encargos do Juros de mora, temos um valor final de R\$ 1.028,30.**

**Crédito rotativo do cartão:** O principal vilão das famílias e das pessoas quando o assunto é uso do cartão de crédito, os juros aplicados nessa modalidade de crédito podem chegar a níveis estratosféricos se não tomadas as devidas precauções no pagamento das faturas. o crédito rotativo basicamente funciona através da impossibilidade do consumidor realizar o pagamento integral da fatura daquele mês, optando pela opção do pagamento mínimo, ao invés da quitação total ou parcelamento da fatura do cartão, nesse cenário é basicamente como se o banco estivesse emprestando o restante do dinheiro ao consumidor, aplicando sobre ele juros pré-estabelecidos, chamados de rotativos, e são caracterizados pelo seu enorme potencial de virar uma bola de neve.

O crédito rotativo passou por algumas grandes fases em sua trajetória entra a população Brasileira, ficando como a dívida mais cara e de maior impacto nas mãos

dos brasileiros, chegando a ter uma taxa de juros na casa dos 497% ao ano, porém em 2017 o Banco Central aprovou a nova regulamentação a respeito do cartão de crédito, entre elas, mudanças nas políticas de crédito rotativo.

De 2017 para trás as regras do crédito rotativo permitiam o consumidor perpetuar a dívida, permanecendo em um ciclo vicioso de pagamento do valor mínimo da fatura do cartão, que era regulamentado em 15% do valor, nesse cenário ao deixar o restante para o próximo mês era acrescido os encargos de IOF, multa, juros de mora e juros rotativos, e na próxima fatura o cliente poderia optar em se manter pagando o valor mínimo, porém em contrapartida os juros rotativos seriam somados sobre o valor atualizado da fatura, caracterizando o juros sobre juros, permitindo assim que o consumidor ao decorrer de alguns meses entrasse em uma verdadeira bola de neve.

Em um exemplo prático de cobrança de cartão de crédito rotativo, um cenário onde o consumidor tem uma fatura total de R\$ 1.000,00, optando pelo pagamento mínimo pré-estabelecido em 15%, totalizando R\$ 150,00, deixando o restante para ser financiado para o próximo mês, cerca de R\$ 850,00. Neste exemplo ainda será cobrado uma taxa rotativa de 15,85% ao mês adicionado do IOF 6,38%. Chega-se, portanto, a um valor aproximado de R\$ 1.034,96 de fatura para o mês subsequente, observando-se que o pagamento mínimo não surtiu efeito no sentido de reduzir o saldo devedor. A situação é agravada quando o pagamento mínimo é realizado em atraso por incluir 2% de multa, 1% de juros de mora e IOF.

A partir de 2017 com a introdução das novas regras em relação ao cartão de crédito, a modalidade de crédito rotativo foi fortemente abordada com nova metodologia, sendo um dos pontos mais críticos na visão do Banco Central do Brasil. Através da PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor) realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo, aponta o cartão de crédito como o maior vilão pelo endividamento das pessoas e famílias, chegando a ser responsável por 85,6% do total de endividamento das pessoas no último levantamento de setembro de 2022.

As novas alterações em relação ao crédito rotativo ficaram mais evidenciadas na sua aplicação e prazo de vigência, começando pela extinção da necessidade de pagamento mínimo de 15% sobre o valor total da fatura, no modelo atual fica a critério do Banco fornecedor definir através de análises de perfil dos clientes o valor mínimo

a ser pago. Outra mudança foi na estrutura de permanência no rotativo, agora não é mais possível enrolar a dívida por meses a fio como anteriormente era permitido, segundo o relatório, o consumidor só poderá permanecer no rotativo por no máximo 30 dias, na vigência da próxima fatura com os encargos atribuídos, o banco emissor deverá ofertar ao consumidor apenas duas modalidades, o parcelamento desse montante com juros abaixo daqueles praticados pelo crédito rotativo, ou a possibilidade da quitação total da fatura. O que também precisa ser analisado de acordo com cada perfil de consumidor, pois o Banco Central não determinou os critérios da oferta do parcelamento, colocando muitas vezes o cliente em um sistema de parcelamento automático, com total de parcelas e valores definidos pelo próprio banco. Após a contratação do plano de parcelamento o cliente só terá a liberação novamente do pagamento mínimo após concluído o pagamento de todas as parcelas contratadas previamente.

O crédito rotativo ou parcelamento de fatura não deixa de ser uma modalidade de empréstimo do Banco e deve ser analisada e contratada com muita cautela e segurança. Evidenciado como sendo um dos maiores responsáveis pelo endividamento das famílias e pessoas físicas no Brasil e também possuindo um dos juros mais caros do País.

### **3.3 Custo de vida e inflação**

De acordo com o que foi investigado anteriormente, um dos maiores causadores do endividamento dos brasileiros se deu ao fato do uso de modalidades de crédito com custo elevado, a exemplo do cartão de crédito e uso do crédito rotativo, entre outras modalidades para adquirir bens, como carnês, financiamentos de imóveis e veículos que acompanham as taxas de juros como parâmetro para o custo efetivo total. Porém o aumento do uso do crédito e o aumento nas taxas de inadimplência não necessariamente são correlações da má-fé ou aumento no consumismo em geral.

Mas, apenas de existir mais de um fator que impulsiona o alto número de inadimplentes no Brasil, nos últimos tempos, o aumento da inflação tem sido um dos maiores contribuintes para que as famílias estejam aumentando suas dívidas. Os preços de produtos e serviços em alta, tem preocupado a maior parte da população, ou pelo menos, aqueles que estão em situação vulnerável, que além de endividados, possuem renda menos que as

despesas básicas necessárias (aluguel, alimentação mensal, gás, água e luz. ANTUNES (2022).

Na seara de aprofundar quanto ao que é inflação e o poder que ela possui no comportamento das pessoas, MARTINEZ; CERQUEIRA (2013) definem de forma generalista;

“Em termos conceituais, a taxa de inflação é um agregado macroeconômico que pretende indicar o efeito médio sobre a economia de um fenômeno complexo: o aumento de preços dos diversos bens que a compõem. Concretamente, índices de inflação podem ser construídos a partir de variadas cestas de bens, conforme os preços relevantes para os grupos que se queira considerar – consumidores, produtores de um setor ou da economia em geral, residentes de uma região específica.”

O autor segue para a conclusão afirmando que a inflação tem sido tratada pelos modelos macroeconômicos como sendo uma grandeza única, buscando os seus determinantes e as políticas mais usuais para construí-la.

A inflação pode ser determinada de modo também pelos níveis de consumo da população, Paula et. al. (2011) discorrem que a inflação também é consequência da oferta e demanda de produtos básicos da cadeia produtiva, a exemplo do petróleo, que majoritariamente é matéria base para o funcionamento da economia de forma geral, e com o aumento de seu preço, consequentemente o mesmo é repassado a toda a cadeia produtiva que dependem desse insumo, nesse aspecto é denominada de inflação de oferta. Continuam em mesmo artigo definindo outro tipo de inflação, sendo denominada de Inflação de demanda, ocorrendo quando o aumento de consumo é o principal responsável pelo aumento dos preços de determinado produto. Finalizam com a análise de um último tipo inflacionário, principalmente causado pelo aumento abrupto na emissão de moeda de determinado país, sem a correta contrapartida na construção de riqueza desse país, gerando uma maior quantidade de moeda, ocasionando uma queda no poder aquisitivo da população.

Observa-se também a necessidade de se compreender outros tipos de inflação para composição da investigação, a exemplo disso contextualizamos a inflação de custos, determinada quando não existe aumento da demanda de produção ou consumo por parte da economia em geral, mas quando ocorre um aumento nos custos

de produção por parte da indústria ou dos fornecedores, a exemplo de salários, impostos e demais insumos.

Em revisão bibliográfica também foi identificado a existência de uma inflação inercial, funcionando basicamente como parâmetro de históricos passados, FONSECA (2012) discorre a respeito de inflação inercial como sendo um agente econômico que procura recompor o pico anterior de renda real no momento de cada reajuste inflacionário, simplificando que a cada reajuste a taxa de inflação existente tende a se perpetuar, usando como base índices anteriores para composição das futuras taxas.

Fato é que o processo inflacionário é um componente estrutural da economia e seu controle é muitas vezes complicado de se entender ou mensurar, sendo afetado por diversos aspectos tanto micro e macroeconômicos, que vão desde produção interna, oferta e demanda de bens, até relações externas, sendo afetada pela disponibilidade de uma matéria-prima oriunda do exterior, crises geopolíticas, variações cambiais e alterações relativas a taxa básica de juros. A inflação como base é medida de forma ponderada em uma cesta de produtos que compõem o dia a dia da população, definidos pela sua frequência de consumo ao longo de determinado período, é importante destacar que essa cesta pode ser alterada conforme a mudança nos padrões de consumo dos brasileiros. Dentro desse aspecto, a inflação é construída de acordo com diversos índices e cada índice contempla uma cesta de produtos diferentes, afim de mensurar de forma mais específica as alterações dos preços em diversos setores da economia. SUNO (2022)

Além disso, o cálculo da inflação é feito de forma ponderada com relação ao peso que cada item possui no orçamento das famílias, ou seja, os índices não contabilizam somente a variação absoluta dos preços de cada item, mas também a relevância que cada item possui no consumo da população em questão”

O autor complementa colocando como exemplo uma variação em determinado de período um aumento de 1% no preço do arroz, na mesma medida um aumento igual nos preços dos serviços de streaming, nesse cenário o impacto do arroz terá um peso maior no índice inflacionário do que o streaming, pois o arroz é componente da cesta de produtos que faz parte do orçamento das famílias.

Apresentado de forma metodológica o que é inflação e como ela é pensada na vida das pessoas, se faz necessário amarrar ela com o custo de vida da população,

com a perda de poder aquisitivo e a percepção de custo maior nos produtos, desencadeando assim proventos para a análise final a respeito do endividamento das pessoas e conseqüentemente das famílias brasileiras.

O poder aquisitivo de uma pessoa é basicamente construído através da quantidade de bens e serviços que ela pode consumir, versus a quantidade de dinheiro e renda ela tem para gastar, com isso definimos poder aquisitivo dividindo a renda per capita das pessoas ou famílias pelo índice de preços inflacionários. É possível afirmar que o poder aquisitivo de uma família pode variar de acordo com as classes sociais, uma vez que as condições de renda e trabalho podem variar entre elas e o consumo dos itens contidos na cesta tem ou não mais peso no orçamento dessas famílias. PIERI (2021).

A importância de se interpretar a percepção de alteração nos preços entre as classes sociais se faz importante ao passo dos produtos que essas famílias consomem, segundo IPCA (2022) o acumulado até outubro de 2022 está em 7,17%, índice que vem sofrendo impactos de deflação nos últimos meses influenciado pela redução do preço dos combustíveis ocasionada por medidas governamentais. Em contrapartida muitas vezes o consumidor final pode perceber essa alteração do poder de compra de diversas formas, pois a cesta de produtos varia de índices para índices e muitas vezes alguns produtos tiveram taxas de aumento de preço muitas vezes maior do que os índices mensurados, e em outros cenários alguns bens e serviços tiveram redução de preço, na contramão da crescente taxa inflacionária apurada.

Realizando uma correlação na percepção de poder aquisitivo com a média mensal de renda das famílias, dados obtidos pela PNAD (2022) do último trimestre de junho à agosto de 2022, o rendimento médio ficou na casa de R\$ 2.713 versus R\$ 2.730 no mesmo trimestre de 2021, mesmo com o aumento da força de trabalho, os dados apresentam que o poder de compra do brasileiro vem sofrendo impactos diretos, afetando diretamente na percepção de consumo da população, conseqüentemente na busca por soluções de crédito que acompanham as taxas de juros, que atualmente se encontram em níveis elevados, forçando o consumidor a contratar empréstimos com custo elevado, facilitando a obtenção de dívidas caras e muitas vezes impagáveis.

## 4 PLANEJAMENTO

Uma das propostas que este estudo buscou evidenciar foi na investigação e compreensão de temas relacionados ao endividamento e compreender o porquê dos brasileiros e suas famílias não buscarem as ferramentas de planejamento financeiro para medição dos seus gastos e acompanhamento da trajetória financeira dentro do ambiente familiar, e como forma de contribuição teórica à sociedade busca-se nessa seção abordar de forma construtiva os temas relacionados a planejamento, administração financeira e suas variantes com o propósito de compartilhar práticas saudáveis para uma melhor saúde financeira dentro de casa.

Neste aspecto o ponto inicial da abordagem se faz à luz do planejamento, sendo o planejamento financeiro pessoal e familiar com o objetivo de auxiliar a criar uma estratégia precisa para acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou de uma família ajudando-as a arquitetar um projeto de vida para a conquista de etapas importantes da vida como acumular recursos para a faculdade dos filhos, para a compra de imóveis, para a tão sonhada aposentadoria, para iniciar um negócio próprio ou proteger sua família contra eventualidades. NAKATA (2010)

Seguindo-se a mesma linha de pensamento, se conceitua o planejamento como sendo um processo que busca auxiliar na construção de um plano assertivo para se obter uma situação futura com a máxima eficiência e eficácia possíveis. O planejamento deve ser considerado como uma forma estratégica de pensamento na qual se envolvem diversos aspectos e áreas para a sua exata compreensão e construção, sendo elas a definição de um objetivo a ser alcançado, e os recursos necessários para a obtenção dessa meta traçada, dentro desse processo também são definidos meios e fluxos colaborativos que de forma geral propiciem e colaborem a alcançar o objetivo definido no começo do planejamento.

O ato do planejamento voltado a fins mais estratégicos demorou a ser aprofundado no subconsciente do ser humano, em contrapartida desde que o mundo é mundo a raça humana planeja ações e medidas que mesmo instintivamente com o objetivo de sobreviver, marcando séculos de processos produtivos e sociais a base de ações tradicionais e repetitivas, porém com a rápida expansão do mundo

globalizado, dos negócios e rápidas mudanças, o planejamento tem se tornado cada vez mais necessário e dinâmico na vida das pessoas.

Os fatos e as descobertas científicas desse mundo conectado, transmitidos instantaneamente, geram reflexos imediatos nas pessoas e nas organizações. Isso provoca um quadro de absoluta incerteza, onde a conjugação de inúmeras variáveis pode modificar as condicionantes atuais, criando novos cenários. Pode-se dizer que vivemos a “Era da Incerteza”. Desta forma, mais do que nunca, planejar é fundamental.” ANDREUZZA (2011)

Fica exposto então que o planejar por planejar não é mais uma realidade aceitável, construir um planejamento robusto e flexível se faz necessário frente aos cenários que o mundo globalizado se encontra, conforme aprofundado no decorrer do estudo, mudanças em políticas de crédito, taxa de juros e cenário macroeconômico colocam em xeque planejamentos que não se encontrem em constante amadurecimento e evolução.

O ato de planejar apenas por si só não se faz necessariamente importante quando não se tem um objetivo ou uma meta traçada, ter a noção dos benefícios que o dinheiro pode propiciar em quesitos de segurança financeira e conforme faz toda a diferença, nesse aspecto o planejamento financeiro entra como ferramenta para construção e viabilização de sonhos e objetivos que muitas vezes podem parecer utópicos ou distantes demais da realidade financeira daquele indivíduo ou família.

Contribui também em momento de necessidade ou imprevistos, com noções importantes de custo do dinheiro, análise de cenários e tomada de decisão priorizando a saúde financeira sem deixar de lado a necessidade agravante de tal situação. Compreender os níveis de planejamento e as fases que o contempla é de suma importância para se entender em que fase aquela pessoa ou família se encontra e estruturar de forma consciente seus objetivos e metas.

O planejamento estratégico entra em cena como sendo a ferramenta que compreende cenários estruturais e de longo prazo, sendo pensado em objetivos macros e que muitas vezes envolvem todos os membros do meio familiar, é fundamentado através de pensamentos estratégicos com fins de se mensurar a necessidade de ações e recursos para se conceber tais caminhos, nessa etapa do planejamento também se faz uso de estratégias e processos mais abrangentes que contemplem desde políticas de uso de cartão de crédito, construção de pensamentos

de poupança e investimento, e até alocação de tempo, estudos e recursos financeiros para consolidação daquele ambiente familiar.

“Planejamento Estratégico é um processo que consiste na análise sistemática dos pontos fortes (competências) e fracos (incompetências ou possibilidades de melhorias) da organização, e das oportunidades e ameaças do ambiente externo, com o objetivo de formular (formar) estratégias e ações estratégicas com o intuito de aumentar a competitividade e seu grau de resolutividade”.  
(PEREIRA, 2010)

Coloca-se o planejamento estratégico como uma ferramenta de identificação de cenários, de autoavaliação e organização pessoal, com ela é possível realizar um reflexão sobre valores e princípios, sabendo-se aonde se quer chegar, bem como o ponto de partida, traçando seus pontos de vantagem e suas fragilidades, sendo elas ameaças externas ou hábitos e vícios interpessoais que podem atrapalhar a obtenção desses objetivos.

OSINSKI et. al. (2013) ressaltam que embora os responsáveis pelo planejamento no ambiente familiar tenham os objetivos bem definidos e convictos de onde se queira chegar e quando começar, o planejamento em si não é garantia de que o indivíduo irá alcançar a meta traçada, é fundamental usar esse sentimento de confiança e noções adquiridas construindo o planejamento para se criar e aproveitar as oportunidades que apareçam no decorrer do caminho, bem como ficar atento as circunstâncias externas que podem fugir do controle e fazem parte do cenário de incertezas, fugindo de nosso controle, conclui-se que o senso de adaptabilidade e inovação que é tanto mencionado no mundo corporativo, se faz tão importante quanto no ambiente pessoal e familiar, pois as incertezas da vida afetam diretamente o modo de agir e pensar das pessoas.

O planejamento estratégico, a longo prazo, além de trazer uma situação objetiva futura para estudo no presente, vem se baseando em informações passadas para ensinar os indivíduos a desenvolver um plano onde estão traçadas suas metas e objetivos. É bom lembrar que o planejamento estratégico não é algo fixo e imutável sendo que em determinados momentos necessita inclusive de redefinições. ALVES (2017)

Após definido o que é planejamento estratégico, conceitua-se planejamento tático e operacional, com vias de operacionalizar no curto prazo a execução das visões

construídas a partir do planejamento estratégico e subsidiar tomadas de decisão para cada momento da vida daquela pessoa e do seu núcleo familiar.

O planejamento Tático abrange os braços das delegações, dentro de uma corporação ele pode ser conceituado como a esfera intermediária processual, se referindo aos gestores de área, coordenadores e contempla o uso e gestão de indicadores de performance, bem como objetiva criar soluções para os objetivos traçados a nível estratégico para que sejam executadas a nível operacional.

ARAÚJO (2016) discorre o planejamento tático sendo a ponte entre o nível estratégico e operacional, sendo incumbida a responsabilidade de como cada área irá trabalhar rumo as estratégias e objetivos definidos pelo estratégico. Em um cenário familiar pessoal pode ser exemplificado como delegar responsabilidade aos responsáveis por controlar e executar os planos estratégicos de longo prazo da família, seja deixando para uma pessoa do casal cuidar dos investimentos, incumbir para outra a responsabilidade de gerir a educação dos filhos, ficando restrita majoritariamente aos Pais ou membros base do núcleo familiar, sendo essas ações compartilhadas entre todos os membros a fim de acompanhar o andamento dos objetivos estratégicos definidos pela família.

A construção do planejamento tático visa definir ações de curto-médio prazo que viabilizem as metas traçadas, permitindo uma maior flexibilidade na tomada de decisão e um rápido acompanhamento das mudanças de cenários, serve também para se distribuir as responsabilidades entre os membros da organização, dentro do ambiente familiar pode ser entre separar demandas para o Marido e a Mulher, ou conforme o arranjo familiar se acerta, ALVES (2017) concluem planejamento tático como;

Aqui os planos começam a ser mais detalhados, e podemos dizer que o planejamento tático é a decomposição do planejamento estratégico, ele traduz e interpreta o plano estratégico para transforma-lo em planos concretos, onde vamos desenvolver o plano de marketing, produção, pessoal, ou seja, financeiro empresarial.

Conclui-se planejamento com a vertente final que faz luz à execução do dia a dia das tarefas em busca dos objetivos traçados no planejamento estratégico, o planejamento operacional. Sendo este como uma medida de curto prazo, com o

objetivo de cumprir e contribuir de forma rotineira para a conquista dos objetivos previamente traçados, é dentro do planejamento operacional onde os recursos são consumidos e mensurados, dentro dele é possível medir e acompanhar os processos que mais geram onerosidade e também adotar medidas mais eficientes de acordo com o cenário que lhe é apresentado.

Dentro do ambiente familiar o planejamento operacional pode ser visto como uma estratégia para quitação de alguma compra, a análise e viabilidade de troca de um endividamento maior, por outro com taxas de juros mais leves, um plano que consuma menos dinheiro na revisão do automóvel ou de itens para dentro de casa, entre inúmeros outros cenários do cotidiano que compõe a vida das famílias e conseqüentemente trazem impactos significativos no médio e longo prazo caso sejam negligenciados. ÁVILA (2019) discorre sobre planejamento Operacional como;

Para um plano operacional ser eficiente é necessário engajamento de todas as partes da empresa não só a parte administrativa e aos cargos mais altos da hierarquia da empresa, é preciso que recursos, tarefas e processos sejam envolvidos. Para o sucesso do planejamento operacional é necessário o entendimento da estrutura física da empresa, ou seja, o conhecimento de toda as partes da empresa, para facilitar o planejamento operacional é possível utilizar uma planta ou elaborar um esquema para identificar o fluxo da operação e a estrutura.

Entende-se que o planejamento operacional faz complemento as demais, tanto o tático, quanto ao nível estratégico, compondo o dia a dia das operações, planejando ações e medidas de curto prazo e traçando planos de melhorias e mudanças de comportamento, mostra-se necessário também conhecer todos os aspectos físicos da operação, que dentro do ambiente familiar vão desde hábitos de consumo dos membros, infraestrutura da residência e as possíveis necessidades, itens como cartões de crédito e taxas de anuidade também entram em questão.

O mapeamento de todos os aspectos traz segurança e controle não somente no meio corporativo, mas dentro de casa também, permitindo rápidas correções ou melhorias quando necessário, agrega aspectos de valorização e estabilidade, promovendo um ambiente em constante mudança e inovação, o que gera uma satisfação e engajamento dos membros do núcleo familiar em busca dos objetivos maiores.

## 4.1 Receitas e Despesas

A etapa de planejamento se faz extremamente necessária para entender aonde se quer chegar, os meios de organização e teorias gerenciais que subsidiam as tomadas de decisão ao longo da vida, porém compreender o aspecto financeiro é o diferencial entre uma decisão inteligente, ou uma tomada de decisão sem entendimento nenhum. Contextualiza-se a compreensão de receitas e despesas como uma grande análise e interpretação de dados, sendo a junção de diferentes ferramentas e fontes de informações financeiras que irão subsidiar a vida financeira das pessoas e famílias e compor o campo analítico nas tomadas de decisão.

A construção de uma base sólida e constante do cenário financeiro do indivíduo e da família permite a criação de estratégias que abrangem desde o campo estratégico, até o operacional, ilustrando de modo eficiente a realidade em que aquela família se encontra, sua situação de endividamento, a origem das suas receitas, a variação das receitas, seus hábitos de consumo e por muitas vezes indicando o caminho para identificação de possíveis problemas ou situações que ocasionalmente estejam ocorrendo com a saúde financeira ou organizacional da família.

Essa gestão de informações pode ser caracterizada como gestão orçamentária e traz o objetivo de ser uma ferramenta fundamental na tomada de decisão. CARDOSO, 2012 contextualiza a gestão orçamentária;

O processo de gestão orçamentária permite a implementação de ações corretivas com tempestividade. Os desafios e responsabilidades para o gestor multiplicam-se no momento em que as informações fluem rapidamente e são favorecidos pela rapidez e confiabilidade no processo decisório.

Conclui-se a necessidade de um acompanhamento próximo do cenário financeiro tanto no meio corporativo, quanto dentro dos lares, subsidiando métricas para construção de ações e execução dos objetivos e sonhos almejados.

Uma das ferramentas mais conhecidas e utilizadas para mensuração da situação financeira são as planilhas financeiras, muitas vezes construídas por conta, ou adquiridas de forma gratuita pelos inúmeros sites e blogs de assuntos financeiros que existem hoje na internet, essa metodologia no mundo corporativo e na contabilidade é denominada como Balanço Patrimonial, que tem o objetivo majoritariamente de descrever toda a situação financeira daquela organização, dentro do aspecto pessoal e familiar, é traduzida na construção de planilhas ou anotações

em agendas. É ferramenta também utilizada na mensuração das entradas e saídas, relação dos ativos e passivos descrição das dívidas, entre todas, é a ferramenta que traz mais eficácia na elaboração do cenário financeiro daquela organização. Para compreensão e elaboração do Balanço Patrimonial, se faz necessário detalhar sua estrutura;

Tabela 6

<b>Ativo</b>	os ativos são tudo aquilo que pode gerar receita para a pessoa, nesse item geralmente são alocadas as contas de proventos, como salários, investimentos, recursos de aluguéis e demais itens que a pessoa pode ter como forma de capitalização
<b>Passivo (Custo de vida)</b>	é a classe que gera despesas para as pessoas, nesse campo são inclusas as contas referentes a cartão de crédito, valores de cheque especial, aluguel e contas fixas de casa, entre demais itens de curto-médio prazo de vencimento
<b>Passivo (Dívidas)</b>	Sendo caracterizado pela classe de despesas de longo prazo ou que sofrem depreciação devido aplicação de Juros, nesse item são alocadas as contas de financiamentos, parcelamentos de cartão, crédito rotativo, empréstimos, entre outros
<b>Imobilizado</b>	São os itens de característica duradoura dentro da composição familiar, sendo atrelada a itens que não geram receita direta, conseguem segurar um certo valor de repasse, porém sofrem do desgaste e depreciação, normalmente nesse campo são alocados os veículos, Obras de Arte, casas ou apartamento, joias, entre outros
<b>Patrimônio Líquido</b>	é a conta realizada para visão geral da condição financeira daquela pessoa ou família, é construída por duas visões distintas que subsidiam a análise geral da situação, sendo a visão patrimonial e a visão real. Pode ser exemplificada conforme abaixo

Fonte: Elaborado pelo autor

O uso de ferramentas gerenciais para controle e computação dos dados financeiros dentro do cenário pessoal e familiar contribuem para uma melhor noção da situação financeira das famílias, permitindo a construção de estratégias coerentes com a realidade atual. Na tabela a seguir apresenta-se a exemplificação para construção do *Ativo financeiro* para controle de um balanço patrimonial;

TABELA 7

<b>Ativo (Investimentos)</b>				
<b>Categoria</b>	<b>Conta</b>	<b>Principal</b>	<b>Juros</b>	<b>Renda Mês</b>
Aplica. Financeira	Fundo de Investimento	30.000	0,9%	270
Aplica. Financeira	Poupança	5.000	0,6%	30
Aplica. Financeira	Tesouro Direto	10.000	1,0%	100
Aplica. Financeira	LCI	-	-	-
Aplica. Financeira	LCA	-	-	-
Aplica. Financeira	CDB	4.000	0,9%	36
Aplica. Financeira	COE	-	-	-
Empréstimo	Cunhado	5.000	1,0%	50
Ações	Ambev	10.000	2,0%	200
Aplica. Financeira	FGTS	10.000	0,3%	30
Aluguel	Imóvel para venda	-	-	-
Previdência	PGBL	30.000	0,7%	210
Previdência	VGBL	20.000	0,7%	140
		<b>124.000</b>		<b>1.066</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

A elaboração do *Ativo* visa de forma simples classificar de forma organizada todas as classes de receitas que a família é detentora, enumerando seus rendimentos através de juros, permitindo uma melhor gestão dos recursos que fazem parte do dia a dia familiar. Em continuidade a construção do Balanço patrimonial, a tabela 8 exemplifica o passivo de curto prazo;

Tabela 8				
Passivo (Custo de Vida)				
Categoria	Conta	Anual	Mês	Despesa Mês
Moradia	Aluguel			
	Condomínio		900	900
	IPTU	2.000		167
	Limpeza		800	800
	Luz		150	150
	Água e Gás		150	229
Comunicação	Internet		229	90
	TV a Cabo, Netflix		90	150
	Celular		150	150
	Revista e Jornal		150	50
Transporte	IPVA/Licenciamento	1.560		130
	Seguro	3.381		282
	Combustível		249	249
	Manutenção	1.100		92
	Estacionamento		250	250
	Uber/Táxi, Metrô, Ônibus		60	60
Família	Pet - Gastos Gerais		300	300
	Pet - Veterinário	500		41
	Pais		900	900
Saúde/Higiene	Plano de saúde			
	Academia		200	200
	Salão de beleza		40	40
Alimentação	Restaurante		500	500
	Supermercado		500	500
Educação	Mensalidade			
Banco	Tarifas		36	36
Lazer	Cinema, bar, etc		400	400
Presentes	Aniversários, datas festivas		350	350
				<b>7.016</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

Com a elaboração do Passivo (Custo de vida) fica evidente os gastos do dia a dia, como alimentação, educação, despesas com higiene, e muitas vezes se constantemente preenchida, avaliar no detalhe os custos que normalmente são deixados de lado, e no final do mês compõe um pedaço significado da renda, apenas com a construção do cenário entre ativos e passivos, já se faz possível uma tomada de decisão a respeito dos valores que entram e saem mensalmente, podendo realizar cortes, diminuições ou adequações para áreas que precisam de maior atenção financeira, enquanto outras não necessitam de uma demanda tão grande de recursos.

Tabela 9				
Passivo (Dívidas)				
Categoria	Conta	Principal	Juros	Despesa Mês
Financeiro	Cheque Especial	500	10,0%	50
	Crédito pessoal	-	3,0%	-
	Crédito rotativo	-	15,0%	-
	Financ. Imobiliário	100.000	2,0%	2.000
	Financ. Veículo	-	3,0%	-
Empréstimo	Pai	50.000	0,0%	-
		<b>150.500</b>		<b>2.050</b>
Fonte: Elaborado pelo autor				

A tabela 9 contempla todos os passivos referentes a dívidas, sendo com ele possível realizar uma mensuração de todos os débitos de longo prazo da família, bem como seus efeitos com a aplicação dos juros, é de extrema importância sua elaboração para acompanhamento do custo efetivo e o quanto isso impacta na renda mensal dos responsáveis, servindo como mais um componente do Balanço Patrimonial familiar.

Tabela 10				
Imobilizado				
Categoria	Conta	Aquisição	Deprec.	Valor hoje
Comunicação	Computador	3.000	90%	300
Comunicação	Smartphone	2.000	90%	200
Decoração	Jóias	6.000	70%	1.800
Decoração	Obras de arte	-	80%	-
Moradia	Apartamento	400.000	50%	600.000
Moradia	Móveis	30.000	99%	300
Moradia	Eletrodomésticos	10.000	99%	100
Transporte	Carro	37.307	9%	33.800
		<b>488.307</b>		<b>636.500</b>
Fonte: Elaborado pelo autor				

O imobilizado compõe os bens de característica durável da família, como moradia, veículos, os mesmo sofrem ações de depreciação ou valorização e compõe de forma geral o patrimônio do grupo todo, sua construção e análise servem como forma balizadora a fim de se equilibrar as dívidas e o valor total do patrimônio, e também para mensurar o tamanho dos bens, valores que podem ser utilizados para amortização, entradas, e demais decisões de impacto estratégico no núcleo familiar.

Do ponto de vista patrimonial é possível observar com facilidade a forma com através da seguinte representação gráfica:

$$\text{Visão Patrimonial} = \text{Ativo} + \text{Imobilizado} - \text{Passivo (Dívidas)} = \$$$

$$\text{Valor Patrimonial} = \text{R\$ } 124.000 + \text{R\$ } 636.500 - \text{R\$ } 150.500 = \text{R\$ } 610.000$$

Por outro lado, embora a condição patrimonial se apresente de forma claro, a visão real, ou seja, aquela que considera, as entradas e saídas de fluxo, constata-se uma situação muito diferente conforma apresentado a seguir:

$$\text{Visão real} = \text{Ativo (Renda do mês)} - \text{Passivo (Despesas de Dívidas)} - \text{Passivo (Despesas de custo de vida)} = \$$$

$$\text{Visão real} = \text{R\$ } 1.066 - \text{R\$ } 2.050 - \text{R\$ } 7.016 = \text{R\$ } - 8.000$$

Tabela 11	
Patrimônio Líquido	
Visão Patrimonial ( $\Delta$ Principal)	610.000
Visão Real (Renda - Despesa)	(8.000)

Fonte: Elaborado pelo autor

Após a construção de todas as tabelas apresentadas, a mensuração final do patrimônio Líquido da família se apresenta conforme tabela 11, sendo a visão patrimonial a composição entre ativos totais, imobilizado subtraindo o valor total do Passivo (Dividas), sendo de extrema importância para se saber a grandeza total dos bens daquela família, a um ponto que quanto maior, em melhor situação financeira ela se encontra, podendo facilmente definir estratégias e meios para sair de uma situação de necessidade, ou mesmo para se medir seu nível de conforto financeiro.

A visão real aborda de maneira simples a renda menos a despesa, devendo ser calculada com base nas receitas mensais e as despesas mensais, excluindo-se o valor do Imobilizado, com ela é possível medir o total de dinheiro que sobra ou falta no final do mês, e com isso subsidiar tomadas de decisão a fim de trazer uma melhor

saúde financeira da família, ou a decisão de expandir o Imobilizado, sendo a aquisição de um novo veículo, reformas e afins.

### **4.3 Investimentos**

Investimentos aparecem na vida das pessoas de diversas formas, podendo ser caracterizadas como um investimento de tempo, de estudos, aplicações financeiras, entre inúmeras outras formas de se interpretar a palavra investimento, fato é que a ciência do dinheiro não é uma coisa fácil de se entender, muito menos administrar e conforme investigado no decorrer do estudo são necessárias diferentes ferramentas e metodologias para se conseguir ter controle e noção de onde vem e para onde vai o seu dinheiro.

O investimento é a aplicação de algum tipo de recurso com expectativa de receber um retorno superior ao capital aplicado. Este valor futuro deve se recompensar a perda de uso do recurso aplicado. Ao falarmos de investimento, vamos falar de tempo e dinheiro dois grandes vilões do nosso cotidiano. (ALVES, ORIENTE, 2016)

Conforme interpretado pelos autores, o grande efeito dos investimentos é trabalhar o dinheiro no tempo, minimizando os efeitos da inflação, das taxas de juros e impactos cambiais, trazendo consigo impactos positivos na segurança financeira da família e dos seus membros envolvidos, ao poupar e trabalhar esse dinheiro traz também uma nova percepção na vida dos familiares, gerando engajamento e sensação de crescimento ao participarem em conjunto com a evolução patrimonial da família.

Muito dinheiro passará por suas mãos durante a vida. A decisão de gastar ou poupar é sua. A escolha de quanto e como gastar seu dinheiro também é. Seu patrimônio líquido será fruto das decisões financeiras tomadas, e decisões equivocadas podem destruir um patrimônio. (DESSEN, 2014)

Investimentos são a aplicação do dinheiro poupado, aquele dinheiro que é a diferença entre as receitas e despesas da família, assim como é essencial a construção de um planejamento estratégico para os objetivos familiares, é de extrema importância uma base de conhecimentos relevante para a alocação das aplicações financeiras que irão contribuir para o marco dos objetivos e metas traçados no

planejamento da família. Com isso se faz necessário conhecer os componentes que estruturam a base de investimentos. Apresenta-se a seguir de forma resumida os principais pontos:

**Liquidez:** é basicamente na capacidade de um ativo, bem material ou aplicação financeira ser transformada em dinheiro sem a perda excessiva de valor, temos como base de liquidez a própria moeda, que tem liquidez instantânea, podendo ser convertida em qualquer outro bem, produto ou ativo. Por outro lado, um imóvel, veículo, e algumas aplicações tem uma demora maior em serem convertidas em dinheiro corrente, sendo caracterizadas com baixa liquidez.

Durante o processo de planejamento dos ativos de investimento se deve considerar as necessidades de liquidez dessa família, se questionando se eles irão precisar daquele dinheiro em curto prazo, o tempo que esse recurso pode ficar alocado e em caso de necessidade de liquidação da aplicação, o quanto é aceitável perder para se ter acesso ao valor. Aplicações em imóveis ou bens duráveis de baixa liquidez deve ser analisada com cuidado, pois em caso de emergência e o proprietário precise muito do valor desse imóvel, é possível reduzir consideravelmente o valor de venda para se obter o dinheiro de forma rápida.

**Risco:** durante o processo de construção dos investimentos da família, um dos componentes de maior importância se refere ao risco e a gestão dele. Podemos caracterizar o risco sendo a probabilidade de uma ocorrência acontecer, e dentro do cenário familiar pode ser contextualizado em quanto aquela família pode se expor ao risco? E a partir disso trabalhar em maneiras de gerenciar esse risco para que não sacrifique bons retornos, mas também não exponha o patrimônio daquela família a ativos potencialmente perigosos que podem trazer a destruição de anos de trabalho e dedicação.

O apetite ao risco pode variar entre pessoas dentro de um mesmo ambiente, para isso ao se contratar um serviço financeiro de uma corretora, uma das primeiras documentações solicitadas é o formulário de perfil de investidor, nesse aspecto o responsável pela alocação das aplicações dentro da família deve ser sensato e coerente na construção das aplicações para manter o equilíbrio entre retornos e exposição. O risco pode ser controlado e medido em muitos casos, exemplificando a aquisição de um imóvel, se analisar quais os riscos envolvidos, seja a escolha de local

ruim, problemas estruturais não vistos, até eventos externos que de alguma forma podem trazer efeitos diretos naquele local, como enchentes ou incidência de chuvas torrenciais.

Nesse aspecto de gestão de risco é importante também a construção e entendimento do perfil de risco dessa família, podendo ser separada em três grandes categorias: Conservador, Moderado e Arrojado. Sendo o conservador aquele perfil que privilegia a segurança nas aplicações, onde muitas vezes prefere investir em bens duráveis de baixa liquidez, pois em sua percepção trará uma segurança financeira e jurídica melhor no longo prazo, o investidor conservador usualmente enxerga o longo prazo como sendo sua meta e prefere trabalhar com baixas rentabilidades na construção de seu patrimônio.

O perfil moderado muitas vezes é mais propenso a inovações se comparado ao conservador, buscando alternativas que tragam uma maior rentabilidade que não são encontradas nas aplicações do perfil conservador, porém buscam manter o equilíbrio entre risco e retorno, sendo mais sensatos nas alocações, esse perfil geralmente demanda um acompanhamento mais próximo das aplicações, pois o cenário do mercado muda a todo momento, aumentando ou diminuindo a exposição dos ativos desse perfil.

O perfil arrojado é aquela proposta mais ousada de aplicações, muitas vezes vista como avessa a renda fixa e as taxas de retorno padrão, busca a todo momento alocar seus recursos em diferentes ativos não se importando com os riscos envolvidos, nesse perfil demanda uma atenção grande e uma gestão de riscos proporcionalmente ao nível das alocações.

**Rentabilidade/retorno:** se faz referencia a quanto esse dinheiro aplicado irá te trazer de rendimento, é de fato o critério mais importante e observado pelos investidores, sendo o responsável por dizer se seu patrimônio irá crescer ou encolher, pois uma aplicação que tenha rendimentos abaixo da inflação mesmo que tenha gerado um crescimento dos números na carteira não irá proporcionar um poder de compra maior. O rendimento nas operações é proporcionalmente correlacionado ao risco, em um cenário de maior o risco, maior é o retorno obtido e quanto menor o risco, menor é a rentabilidade daquela aplicação, o responsável pela alocação financeira dentro do ambiente familiar deve se atentar a esses aspectos e trabalhar em conjunto

com as ferramentas de gestão de risco para construir retornos saudáveis a um passo que tenha riscos controlados, tomando bastante cuidado com promessas tentadoras que fujam das médias do mercado.

O processo de construção de um planejamento de investimentos para o ambiente familiar se faz em conjunto com o planejamento estratégico abordado anteriormente nesse estudo, onde é necessário conhecer os objetivos de crescimento patrimonial dessa família, bem como a exposição ao risco, ambições de rentabilidade e conciliar isso com os valores aplicados e os prazos de aplicação desses recursos, mesclar todos esses aspectos na construção do plano irá nortear os esforços necessários ao longo do tempo dessa família, permitindo maior engajamento dos envolvidos, bem como a construção de forma saudável e leve ao longo dos anos.

Dentro da área que engloba a construção de um planejamento de investimentos, compreender a diferença dos tipos de investimentos mais comuns e suas variações encerra o aspecto das alocações de recursos permitindo de forma sistêmica uma análise saudável e estratégica no momento de construção do planejamento familiar.

**Renda Fixa:** é uma categoria de investimentos que contempla diversos tipos de ativos e produtos, sendo muito popular entre os brasileiros, é composta por ativos que no momento da sua aquisição já são conhecidas as taxas de retorno, bem como os valores ao final daquela aplicação, conceitua-se renda fixa;

“Em linhas gerais, quem compra um título de renda fixa “empresta” dinheiro para alguém. Em troca, espera receber o valor aplicado de volta no futuro acrescido de juros, que são a remuneração pelo tempo em que o recurso ficou emprestado. As condições dessa transação como prazos, taxas, índices de referência e detalhes quanto à negociação dos papéis são acertadas desde o início.” (INFOMONEY, 2022)

Desta forma entende-se que a renda fixa são títulos emitidos por bancos, empresas e o próprio governo, sendo seus rendimentos atrelados a uma taxa de referência que pode variar de papel para papel, e dependendo da fonte emissora, sendo os principais indicadores de rentabilidade a **SELIC** e **CDI**.

A taxa Selic é a taxa de juros básica da economia, sendo alterada e definida pelo Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central. Ela tem o propósito de

balizar todas operações de crédito no país, o que por sua vez envolve a remuneração dos seus títulos públicos emitidos. É importante salientar que a taxa Selic é um ponto de referência para a rentabilidade dos títulos que nela se lastreiam, tira-se como exemplo a poupança que rende 70% da taxa Selic, ou seja, se a taxa Selic estiver em 10% ao ano, a poupança estará rendendo 70% desse valor em sua aplicação. O mesmo pode ser atribuído a outros títulos que usam a Selic como fonte de referência.

Outro ponto referencial da Renda Fixa é a taxa do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, em linhas gerais o CDI é definido tirando a média dos juros de empréstimo de curto prazo que são realizados diariamente pelos bancos entre si, sendo o CDI uma taxa que caminha muito próxima da taxa Selic. A metodologia de referencial segue a mesma para os ativos que são lastreados no CDI, assim como ocorre na Selic. Sendo as aplicações mais populares que utilizam o CDI os CDBs – Certificados de Depósitos Bancários, ou seja, se ao aplicar em um CDB de um banco e o mesmo apresentar um rendimento de 100% do CDI, significa que aquela aplicação irá render o mesmo valor que o CDI se encontra naquele momento.

A Renda Fixa segue uma tabela de tributação que contempla um sistema regressivo, sendo que as alíquotas diminuem conforme mais alto é o tempo de aplicação daquele ativo, é importante balizar que a taxa de imposto incide sobre os rendimentos e não sobre o valor aplicado, e é descontada no momento do resgate ou vencimento da aplicação.

Tabela 12  
Imposto regressivo para Renda Fixa

Prazo	Alíquota
0-180 dias	22,5%
181-360 dias	20%
361-720 dias	17,5%
Acima de 721 dias	15%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na Lei 11.053/2004.

**Renda variável:** é a categoria de investimentos que se opõe a Renda Fixa, sendo caracterizada pelos seus ativos e produtos que possuem rendimento e variações indefinidas, sendo a renda variável balizada pelas incertezas do futuro. São

produtos destinados mais comumente ao perfil de investidor arrojado, porém também pode ser uma ferramenta muito eficaz na construção de uma carteira para o perfil moderado, onde contemple ações que tragam um retorno com maior gestão de risco envolvida. Conceitua-se renda variável;

“Em linhas gerais, investimentos de renda variável são aqueles cujo retorno é imprevisível no momento do investimento. O valor varia conforme as condições do mercado e conseqüentemente, a remuneração que as aplicações oferecem seguem esse mesmo princípio.” (INFOMONEY, 2022)

Entende-se que a renda variável compõe diversos tipos de ativos que variam conforme oscilações do mercado, não são pré-definidos, nem se baseiam em uma taxa de juros. A renda variável destaca-se pela infinidade de opções e tipos de ativos que podem ser encaixados para quase todos os tipos de carteiras, modalidade que é muito popular em lugares fora do Brasil onde as taxas de Juros são baixas e não compensam a alocação de dinheiro em renda fixa. Alguns exemplos de produtos que podem ser estudados e adquiridos na renda variável são; Ações, Fundos imobiliários, ETFs, Opções, Fundos de Investimento, Câmbio, entre outras inúmeras aplicações que são caracterizadas pela variabilidade e rendimento da renda variável.

O mercado de renda variável no Brasil é regulamentado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários, e suas operações são registradas na Bolsa de Valores Brasileira (B3) entidade responsável pela união e centralização de todas as compras e vendas de ativos, sendo desde ações das empresas, até fundos de investimentos por intermédio de uma corretora, que faz o “meio de campo” entre o investidor e sistema da Bolsa de Valores, sendo assim é necessária a intermediação de uma corretora regulamentada para a realização das compras e vendas dos papéis, fazendo necessário um conhecimento sobre as taxas de administração cobradas por tal corretora, que podem variar de diversas formas, sendo algumas até isentas de tarifas, e também pelo histórico e segurança dessa corretora onde será feita a gestão desse recurso.

O aspecto tributário da Renda Variável é bastante simples de se entender, sendo as operações de tributação em todos os rendimentos variáveis isentos de taxa até R\$ 20.000 por mês, salienta-se que essa tributação se faz referência a operações comuns, cuja a compra e venda do ativo não são realizadas no mesmo dia. Outro ponto da tributação da renda variável é que ela assim como a renda fixa é tributável apenas sobre o rendimento e não sobre o valor total alocado naquela

operação, a tributação também pode ser abatida com a declaração e incidência de prejuízos, a exemplo de: uma operação em janeiro de 2022 obteve um prejuízo de R\$ 30.000 e em fevereiro o investidor realizou uma operação com lucro de R\$ 50.000, ele poderá abater os R\$ 30.000 de prejuízo, incidindo tributação sobre apenas nos R\$ 20.000 de lucros totais nesses dois períodos. Salienta-se que o imposto sobre renda variável deverá ser apontado no momento da declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física daquele investidor.

Com as informações contidas nesse capítulo se apresenta de maneira prática e eficiente a necessidade de se realizar o planejamento estratégico familiar, bem como o conhecimento de suas receitas e despesas, o controle sistemático das suas entradas e saídas, construindo assim uma Foto financeira saudável da condição financeira da família, concluindo com conhecimentos importantes de investimentos, para que seja possível a capitalização e crescimento de maneira eficiente do patrimônio familiar e subsidiar informações suficientes para uma tomada de decisão certa que perpetue a saúde financeira do grupo.

## **CONCLUSÃO**

Com as constantes evoluções de políticas e arranjos financeiros na sociedade moderna, foi identificada a necessidade de se investigar e compreender no que tange o ambiente familiar os aspectos relacionados ao planejamento financeiro e suas vertentes. Para tanto, foi necessário a construção de uma linha do tempo investigativa que aprofunde de forma mais geral possível os motivos que levam a não construção de um planejamento financeiro, bem como os desafios que as famílias brasileiras enfrentam em sua organização estrutural e financeira.

O presente estudo evidenciou a composição estrutural das famílias modernas, onde o arranjo não mais contempla apenas o Homem como sendo o responsável financeiro e chefe de família, apresentou-se um modelo mais dinâmico e pluralista que menciona diversos tipos de famílias, com ou sem vínculo de sangue. Foi identificado também um enxugamento dos núcleos familiares, a um passo que as famílias buscam cada vez mais manter tamanhos reduzidos, dado que foi consolidado ao longo de 30 anos de acompanhamento.

Com o novo arranjo familiar foi possível dar continuidade através de revisões bibliográficas em aspectos que norteiam o padrão de consumo dessas famílias, sendo apresentada conforme *tabela 1* um padrão das famílias em concentrar seus gastos para itens de consumo básico e recorrente, como transporte e alimentação e moradia. Ficou evidente também, como o aumento de renda per capita do brasileiro contribuiu para o aumento no consumo, sendo uma evolução acompanhada de perto pelas políticas de crédito, com a expansão do uso do cartão crédito, bem como de modalidades de financiamentos.

Ao passo que o crescimento do consumo afetou diretamente os aspectos e arranjos familiares, buscou-se investigar a relação que as famílias e os brasileiros têm com o dinheiro, colocando como ponto importante a gestão dos aspectos sociais de *desejo e necessidade*, pontuando que a gestão do dinheiro envolve diversos atores emocionais e não é meramente realizada através de decisões totalmente racionais. Ficou evidente também que o brasileiro compreende a necessidade de se organizar financeiramente, porém carece de conhecimento técnico e de ferramentas que auxiliem a construção desse acompanhamento, com o próprio brasileiro se pontuando com uma nota 6.3, em uma escala de 0 a 10 em nível de organização financeira. O estudo buscou fazer uma correlação entre a organização financeira das famílias com a educação financeira, levantando evidências que corroborem com hipóteses levantadas na seção de finanças pessoais, apresentou-se registros que abordam a carência de educação financeira na população desde os níveis de educação básica, no ritmo em que não existe um plano de educação financeira estipulado pelo MEC, construindo uma cultura de maus hábitos financeiros e perpetuação da situação apresentada.

O estudo através de levantamentos quantitativos e qualitativos buscou compreender como consequência da falta de planejamento financeiro familiar, o aspecto de Endividamento, e suas correlações com os pontos investigados no decorrer do trabalho. Afere-se que o endividamento é causado através de diversos fatores cruciais que são ou não contabilizados pelas famílias durante os momentos de reflexão e compreensão da situação, coloca-se o desemprego como um fator contribuinte, ao fato de que os baixos níveis de educação do brasileiro o colocam em situações de vulnerabilidade, a *tabela 4* apresenta dados sensíveis que contextualizam o enfoque abordado, como sendo o brasileiro com o ensino

fundamental e médio completo e incompleto como o de maior vulnerabilidade empregatícia e com as maiores taxas de desocupação, aspectos que entram em consonância com os dados obtidos a respeito das finanças pessoais das famílias, a um nível de menor escolaridade dos brasileiros, gera em consequência um gargalo mais exponencial com o aspecto financeiro dessas pessoas. Itens macroeconômicos também foram levantados, colocando em exposição a taxa de juros e inflação como fator contribuinte para o encarecimento do crédito e políticas de crédito no Brasil, como juros de cartão de crédito e demais taxas que encarecem as operações do brasileiro, contribuindo para a construção de uma bola de neve em caso de descuido com as finanças.

A partir do capítulo 4, foi elaborada uma contribuição com base em ferramentas e metodologias construtivas a fim de orientar e colaborar para uma melhor organização financeira dentro do ambiente pessoal e familiar, com aspectos de planejamento, controle das receitas e despesas e orientações de crescimento patrimonial.

O presente estudo traz consigo a importância da investigação dos mais variados aspectos que tangem o planejamento financeiro, em específico no ambiente pessoal familiar, colocam-se como limitações uma abordagem mais científica no que tange o tratamento dos dados principalmente do padrão de consumo das famílias e de aspectos econômicos, construindo correlações mais aprofundadas para exposição dos aspectos quantitativos e comportamentais das famílias brasileiras, coloca-se como sugestão para continuidade do trabalho, a elaboração de pesquisas com o foco de compreender na prática a relação da organização financeira em diferentes níveis de classes sociais, trazendo uma interpretação a mais dos níveis de planejamento financeiro que este trabalho buscou investigar.

Conclui-se então o estudo com a aferição de diferentes temas relacionados ao planejamento financeiro e endividamento das famílias, apresenta-se fatores-chaves como níveis de educação e disseminação da educação financeira como sendo os pilares de maior impacto no dia a dia das famílias, evidenciou-se também alguns vilões dos brasileiros que de forma indireta consomem o poder de compra e controle financeiro das famílias, sendo eles as taxas de juros, inflações e contratos de créditos a custos elevados. A construção de políticas públicas de disseminação da educação

financeira e a propagação de ferramentas de controle com certeza irão trazer mais saúde e crescimento para as famílias brasileiras.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Mauricio dos Santos. Planejamento financeiro pessoal como uma alternativa para maior crescimento e estabilidade. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, ano MMXVII, n. 103, 2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/planejamento-financeiro-pessoal-como-uma-alternativa-para-maior-crescimento-e-estabilidade>. Acesso em: 28 out. 2022.

ANDREUZZA, Mário Giussepp Santezzi Bertotelli. Planejamento Estratégico. **Sagres**, 2008. Disponível em: <http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasgarzel/12.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

ANTUNES, Gustavo. Alta da inflação é protagonista no endividamento dos brasileiros. **Exame**, 2022. Disponível em: <https://exame.com/bussola/alta-da-inflacao-e-protagonista-no-endividamento-dos-brasileiros/>. Acesso em: 25 out. 2022.

ARAÚJO, João Paulo Faria de; ANTIGO, Mariangela Furlan. Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 308-335, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/8mPTh3LcgCfxvc8fyhHfcbS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2022.

ARAÚJO, Rogério Cysne. **Boletim Tome Nota**. 26. ed. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2016. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj-p\\_mazYr7AhVGI5UCHe0uAiQQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.stj.jus.br%2Fpublicacaoinstitucional%2Findex.php%2Fbtnota%2Farticle%2Fdownload%2F12158%2F12265&usq=AOvVaw0\\_skyoFAjU0J66R1alr1Z](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj-p_mazYr7AhVGI5UCHe0uAiQQFnoECA8QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.stj.jus.br%2Fpublicacaoinstitucional%2Findex.php%2Fbtnota%2Farticle%2Fdownload%2F12158%2F12265&usq=AOvVaw0_skyoFAjU0J66R1alr1Z). Acesso em: 25 out. 2022.

AVILA, Gustavo Jacob. A gestão do planejamento operacional. **Administradores**, 2019. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-gestao-do-planejamento-operacional>. Acesso em: 28 out. 2022.

AZEREDO, Christiane Torres de. **O conceito de família**: origem e evolução. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Direito da Família, 2020. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1610/O+conceito+de+fam%3%adlia:+origem+e+evolu%3%a7%3%a3o%20-%20ARTIGO>. Acesso em: 25 set. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira** – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando)

\_do\_seu\_dinheiro\_Gestao\_de\_Financas\_Pessoais/caderno\_cidadania\_financeira.pdf  
f. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, 2002. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**, 1966. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm). Acesso em: 16 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1990. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 16 out. 2022.

CANDIDO, J. G.; FERNANDES, A. H. S. Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34078/educacao-financeira-e-nivel-do-endividamento--relato-de-pesquisa-entre-os-estudantes-de-uma-instituicao-de-ensino-da-cidade-de-sao-paulo-/i/pt-br>. Acesso em: 20 de out. 2022.

CAGNIN, Rafael Fagundes. **A evolução do financiamento Habitacional no Brasil entre 2005 e 2011 e o desempenho dos novos instrumentos financeiros**. Fundap: 2012. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/13067400/A\\_EVOLU%C3%87%C3%83O\\_DO\\_FINANCIAMENTO\\_HABITACIONAL\\_NO\\_BRASIL](https://www.academia.edu/13067400/A_EVOLU%C3%87%C3%83O_DO_FINANCIAMENTO_HABITACIONAL_NO_BRASIL). Acesso em: 30 de set. 2022.

CARDOSO, Alexsandro Pietro. **O orçamento como suporte a tomada de decisão: Análise da importância da estrutura e da forma de acompanhamento para obtenção de melhores resultados**. Projeto de Pesquisa (especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em:  
[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EMAE-98EG8U/1/monografia\\_alexsandro\\_22\\_06\\_definitiva.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/EMAE-98EG8U/1/monografia_alexsandro_22_06_definitiva.pdf). Acesso em: 28 out. 2022.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos: Finanças para casais**. Ed. Padrão, São Paulo. Sextante, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMOS. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Rio de Janeiro: CNC, SENAC, 2022. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2022/10/2f9122afa4983ec11df2de0936cb2a4a.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Orçamento Familiar: Finanças organizadas, sonhos realizados**. Curitiba: CRC PR, 2016. Disponível em: [https://www3.crcpr.org.br/crcpr/conteudo/relacao-social/2016\\_12\\_14\\_cartilha\\_orcamento\\_familiar\\_v3.pdf](https://www3.crcpr.org.br/crcpr/conteudo/relacao-social/2016_12_14_cartilha_orcamento_familiar_v3.pdf). Acesso em: 29 set. 2022.

CONTO, Samuel Martim de et al. O comportamento de alunos do ensino médio do vale do taquari em relação às finanças pessoais. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/EeN/article/view/2602/2504>. Acesso em: 29 set. 2022.

DESSEN, Márcia. **Finanças Pessoais: O que fazer com o meu dinheiro**. 1ª ed. São Paulo. Trevisan, 2014.

FECOMÉRCIO. **Consumo & Endividamento: O futuro do comércio no Brasil está comprometido**. Rio Grande do Sul: Sistema Fecomércio, 2017. Disponível em: <https://fecomercio-rs.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Fecom%C3%A9rcio-RS-Consumo-Endividamento.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

FERRARI, Angélica et al. Educação financeira familiar: uma contribuição quanto às percepções de planejamento, reserva e falta de dinheiro. **PERSPECTIVA, Erechim.**, v. 42, n. 158, p. 89-100, 2018. Disponível em: [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/158\\_714.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/158_714.pdf). Acesso em: 2 out. 2022.

FLORES, Thiago. Bolha de Crédito? O Aumento do crédito e do endividamento das famílias no Brasil. **Portal Auditoria**, 2011. Disponível em: <http://www.portaldeauditoria.com.br/artigos/Bolha-de-Cr%C3%A9dito.asp>. Acesso em: 16 out. 2022.

FONSECA, Wallace Bastos. **A teoria da inflação inercial, propostas e debate**. Monografia (graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1941/1/WBFonseca.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. **Pesquisa Qualificação Profissional 2016**. Belo Horizonte: Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura, 2016. Disponível em: [https://www.fdc.org.br/conhecimento-site/nucleos-de-pesquisa-site/Materiais/sumario\\_executivo\\_pesquisa\\_qualificacao\\_profissional\\_fdc.pdf](https://www.fdc.org.br/conhecimento-site/nucleos-de-pesquisa-site/Materiais/sumario_executivo_pesquisa_qualificacao_profissional_fdc.pdf). Acesso em: 15 out. 2022.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Percentual de famílias com trabalho afetado pela pandemia sobe para 57,2%. **Portal IBRE**, 2020. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/percentual-de-familias-com-trabalho-afetado-pela-pandemia-sobe-para-572>. Acesso em: 16 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em 28 de set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2007-2008. Brasília: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>. Acesso em 28 de set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto. IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 30 de set. de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2022. Brasília: IBGE, 2022a. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2022\\_2tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2022_2tri.pdf). Acesso em: 15 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Trimestre móvel. Brasília: IBGE, 2022b. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm\\_2022\\_ago.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2022_ago.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Inflação. **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php> Acesso em: 25 out. 2022.

LEMES, Cintia Maria. **O endividamento brasileiro sobre as taxas de juros**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA, Assis, 2015. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1211390552.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022.

MADALENO, Rolf. **Direito da Família e Sucessões**. 8ª Ed. São Paulo, Forense. 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/42176164/Direito\\_de\\_Fam%C3%ADlia\\_Rolf\\_Madaleno\\_2018](https://www.academia.edu/42176164/Direito_de_Fam%C3%ADlia_Rolf_Madaleno_2018)

MARTINEZ, Thiago Sevilhano; CERQUEIRA, Vinícius dos Santos. Estrutura da inflação brasileira: determinantes e desagregação do IPCA **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 2 (48), p. 409-456, 2013. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3296/06%20Economia%20e%20Sociedade%2048%20%20Artigo%205A.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Nacional de Educação** – Lei nº 13.005/2004. MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 10 out. 2022.

MELTZER, H. et al. Personal debt and suicidal ideation. **Psychological Medicine**, v. 41, n. 4, p. 771-778, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/44675779\\_Personal\\_debt\\_and\\_suicidal\\_ideation](https://www.researchgate.net/publication/44675779_Personal_debt_and_suicidal_ideation). Acesso em: 29 set. 2022.

MORA, Monica. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão. **A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

NAKATA, Rogério Takaki. Qual a importância de ter seu próprio Planejamento Financeiro Pessoal ou Familiar? **Economia Comportamental**, 2010. Disponível em: <https://economiecomportamental.com.br/planejamento-financeiro-pessoal-ou-familiar/>. Acesso em: 28 out. 2022.

NOGUEIRA, Mariana Brasil. **A Família: Conceito e Evolução Histórica e sua Importância**. Salvador: Faculdades Jorge Amado, 2007. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18496-18497-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Brasília: Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5bPT%5d%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

OMAR, Jabr H. Taxa de juros: comportamento, determinação e implicações para a economia brasileira. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 463-490, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/qbJy8N3grsgYvzCYJVnDB6D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2022.

ORIENTE, Anderson Carlos Nogueira; ALVES, Leandro Oliveira. Investimentos: um estudo de caso na formação de poupança dos jovens universitários. **XIV SEGeT**, 2016. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/28225319.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2022.

OSINKI, Marilei et al. Planejamento estratégico pessoal: caminho de um referencial. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 37, p. 121-135, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2013v15n37p121/26107>. Acesso em: 28 out. 2022.

PAULA, Denis de. A inflação na economia brasileira. **ViannaSapiens**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiLjJKg7fv6AhW0qZUCHZVDBTYQFnoECA0QAw&url=https%3A%2F%2Fviannasapiens.emnuvens.com.br%2Frevista%2Farticle%2Fdownload%2F44%2F32%2F&usq=AOvVaw0V6DJEgww\\_noaWWMF6L4fw](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiLjJKg7fv6AhW0qZUCHZVDBTYQFnoECA0QAw&url=https%3A%2F%2Fviannasapiens.emnuvens.com.br%2Frevista%2Farticle%2Fdownload%2F44%2F32%2F&usq=AOvVaw0V6DJEgww_noaWWMF6L4fw). Acesso em: 25 out. 2022.

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Planejamento Estratégico: Teorias, modelos e processos**. 1 ed. São Paulo. Atlas, 2010.

PEREIRA, Isabela. Como o comportamento financeiro dos pais influencia os filhos. **Penso Logo Investo**, 2020. Disponível em: <https://pensologoinvesto.cvm.gov.br/como-o-comportamento-financeiro-dos-pais-influencia-os-filhos/>

PIERI, Renan Gomes de. Pandemia e a queda do poder aquisitivo dos brasileiros. **Fundação Getúlio Vargas**, 2021. Disponível em:

<https://portal.fgv.br/artigos/pandemia-e-queda-poder-aquisitivo-brasileiros>. Acesso em: 25 out. 2022.

REIS, Tiago. Inflação: o que é, quais seus efeitos e como se proteger dela? **Suno**, 2022. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/inflacao/>. Acesso em: 25 out. 2022.

RENDA FIXA: tudo o que você precisa saber para começar a investir. **InfoMoney**, c2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/renda-fixa/#:~:text=A%20renda%20fixa%20%C3%A9%20uma%20grande%20categoria%20de,investimentos%2C%20que%20re%C3%BAne%20diversos%20tipos%20diferentes%20de%20produtos>. Acesso em: 2 nov. 2022.

RENDA VARIÁVEL: guia completo para conhecer e investir. **InfoMoney**, c2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/renda-variavel/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

SABOIA, Ana Lucia; COBO, Bárbara; MATOS, Gilson Gonçalves. **Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv58987.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO André Taue; SANTANA Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-41, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 out. 2022.

SEBRAE. Entenda na prática como funciona o PIB: Evolução do PIB. **DataSebrae**, 2022. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/pib/?pagina=evolucao-do-pib&ano=2020>. Acesso em: 28 set. 2022.

SILVA, Ana Luiza Paz et al. Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB. **Revista Principia**, João Pessoa, v. 41, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/2174/885>. Acesso em: 2 out. 2022.

SPC. 46% dos brasileiros não controlam seu orçamento, revela pesquisa do SPC Brasil. São Paulo: **SPC Brasil**, 2016. Disponível em: [https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\\_imprensa/release\\_educacao\\_financeira\\_v7.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_educacao_financeira_v7.pdf). Acesso em: 29 set. 2022.

VAZ, Daniela Verzola; HOFFMANN, Rodolfo. Evolução do padrão de consumo das famílias brasileiras entre 2008 e 2017. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 1 (71), p. 163-186, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/TT3zVmsGKxTZpCkLz93CjBG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2022.

VIEIRA, Joana Francisco. **A relação entre endividamento e falta de planejamento financeiro pessoal em um grupo de acadêmicos de sétima fase de uma Universidade do Município de Criciúma – SC**. Monografia (graduação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3238/1/JOANA%20FRANCISCO%20VIEIRA.pdf>. Acesso em: 16 out. 2022